



ATA N.º 9 – Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no Cineteatro António Lamoso, reuniu às vinte e uma horas e trinta minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria – e secretariada pelo senhor Mário Jorge de Castro Reis, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 8 – Sessão Ordinária de 24 de novembro de 2014;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Proposta de Revisão Orçamental
 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita
 - Reformulação de denominação de rubrica do Plano Plurianual de Investimentos;
- 4 – Pedido de autorização para contração de empréstimo a curto prazo em regime de conta caucionada, no montante de 1.500.000,00 €;
- 5 – Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Rio Meão;
- 6 – Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Romariz;
- 7 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira
 - Atualização do tarifário para o ano de 2015 (para conhecimento);
- 8 – Cuidados de Saúde no Concelho de Santa Maria da Feira (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento);
- 9 – Plano Municipal de Segurança Rodoviária (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento);
- 10 – Relatório de Atividades de 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento);
- 11 – XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses
 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto (também Presidente de Junta de Freguesia);
- 12 – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno sita em Paços de Brandão;



13 – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno sita em Santa Maria de Lamas;-----

14 – Plano Verde Municipal (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento).-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e por todos os senhores vereadores do Executivo, nomeadamente os vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos, Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira e Mário António Pinho de Oliveira.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes e agradecer a presença dos mesmos ao anúncio do resultado da eleição do “Jovem Autarca 2015” e respetiva cerimónia de tomada de posse da jovem eleita, Sofia Pais, realizada imediatamente antes do início desta sessão.-----

De seguida, informou que a deputada municipal Fernanda Paula Marques de Oliveira, através de comunicação que lhe dirigiu – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 2.731, de 18 de fevereiro de 2015 –, renunciou ao mandato de membro deste Órgão pelo que, nos termos da Lei, é substituída pelo Sr. Justino de Amorim Pinto – cidadão imediatamente a seguir na mesma lista partidária, Partido Social Democrata –, que se encontrava presente para o efeito, convidando-o para se abeirar junto da Mesa para tomar posse como membro desta Assembleia Municipal.-----

O cidadão *Justino de Amorim Pinto* abeirou-se da Mesa e leu, em voz alta, a seguinte declaração de tomada de posse:-----

“Afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas”.-----

Em seguida, assinou a respetiva relação de presenças e tomou o seu lugar na sala.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, ainda na sequência da referida renúncia ao mandato efetuada



pela deputada municipal Fernanda Paula Oliveira, chamou a atenção para a necessidade da Assembleia eleger o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia, completando-a, uma vez que a deputada municipal Fernanda Paula ocupava esse cargo. -----

Foram presentes à Mesa 2 listas:-----

- Lista A (PSD): Maria José Ferreira dos Santos, -----

- Lista B (PS): Rosa Maria Pinto da Silva. -----

Submetida a votação, por escrutínio secreto, as listas apresentadas, constatou-se o seguinte resultado: -----

- Lista A: 32 votos,-----

- Lista B: 17 votos,-----

- Votos em branco: 2.-----

Por conseguinte, foi eleita a deputada municipal Maria José Ferreira dos Santos para 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia, passando a mesma a ocupar o respetivo lugar na Mesa. ----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de seis credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: -----

– Argoncilhe: delegada a representação no Secretário do Executivo – Manuel Pereira dos Santos; -----

– Arrifana: delegada a representação no Vogal do Executivo – Alcino Pereira Monteiro; -----

– Fiães: delegada a representação na Secretária do Executivo: Maria Isabel Fontes;-----

– Sanguedo: delegada a representação na Tesoureira do Executivo: Liliana Alves Couto;-----

– São João de Ver: delegada a representação no Tesoureiro do Executivo: Sebastião Ferreira de Castro;-----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Alberto de Oliveira Tavares. -----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes, naquele momento, os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão;



António André da Silva Topa; José Fernando Moreira; Adriana Marisa da Silva Cardoso; António Domingues Pereira; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Gastão Valente Pinto da Silva; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio; Bernardino Manuel Martins do Couto; Justino de Amorim Pinto; Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Márcio Santos Correia; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes, Filipe Ramiro Tavares Moreira; Moisés Salvador Coelho Ferreira; Válder José Mendes de Amorim; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto Conceição Moreira; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela da Silva Teixeira.-----

Entraram, no decorrer da sessão, os membros Eduardo José da Costa Pereira da Rocha e Carla Marisa Pimentel Pereira. -----

Faltou à sessão o membro Augusto de Pinho Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela



- Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 24 de novembro de 2014: -----
- “Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Lia Ferreira, através de dois requerimentos sobre os assuntos “Planos de Urbanização de Lourosa + Feira” e “Selo e Certificado de Mobilidade” – ofício que foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail, em 24/11/2014;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelos deputados municipais Filipe Moreira e Moisés Ferreira, através dos requerimentos sobre “Infraestruturas sob alçada da Câmara Municipal com amianto” (Filipe Moreira) e “Falta de planeamento nas obras da Indaqua na ZI Arrifana” (Moisés Ferreira) – ofício que foi enviado àqueles deputados municipais em formato digital, por e-mail, em 24/11/2014; -----
 - Circular n.º 123/2014-PB da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo Resolução aprovada pelo Conselho Geral da ANMP relativa a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, a resposta do Ministério da Educação e Ciência à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre o transporte escolar na Escola Secundária de Santa Maria da Feira; -----
 - E-mail do deputado municipal Daniel Gomes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Protocolos de desenvolvimento desportivo – Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo”;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Daniel Gomes, subordinado ao assunto “Protocolos de desenvolvimento desportivo – Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo”;-----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 17 de novembro de 2014;-----
 - Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr.
-



- Presidente da Assembleia Municipal, para a Ceia de Natal realizada por aquela instituição, levada a cabo no dia 20 de dezembro de 2014; -----
- E-mail do deputado municipal Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos subordinados aos assuntos “Falta de condições na EB1/JI do Cavaco” e “Proteção Civil não atua em S. Paio de Oleiros”;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pelo deputado municipal Moisés Ferreira, subordinados aos assuntos “Falta de condições na EB1/JI do Cavaco” e “Proteção Civil não atua em S. Paio de Oleiros”;-----
 - Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 01 de dezembro de 2014; -----
 - Convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar no “Concerto de Natal e Ano Novo”, evento realizado no dia 28 de dezembro de 2014;-----
 - E-mail do deputado municipal Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Rio Meão – inundações causadas pelas chuvas”;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Rio Meão – inundações causadas pelas chuvas”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Moisés Ferreira, através do requerimento sobre o assunto “Proteção Civil não atua em S. Paio de Oleiros” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 23/12/2014; -----
 - Circular n.º 131/2014 da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre o XXII Congresso daquela Associação, a levar a cabo nos dias 27 e 28 de março de 2015; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia
-



- Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião que aquele Conselho Municipal realizou no passado dia 9 de janeiro de 2015; -----
- Ofício do Sr. Presidente Executivo do Conselho de Administração da Porto Vivo – Sociedade de reabilitação Urbana, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, oferecendo livro intitulado “Mouzinho/Flores – Um Eixo de Mudança para o Centro Histórico”, dedicado à cidade do Porto e ao seu Centro Histórico, mais concretamente à intervenção realizada no território do Eixo de Mouzinho/Flores; -----
 - Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 15 de dezembro de 2014; -----
 - E-mail do Dr. Gilvan Barbosa Gama, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Uma boa administração passa primeiro pela boa saúde do cidadão”, a propósito do estado da Saúde no Brasil; -----
 - E-mail do deputado municipal Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Novo arruamento entre Avenida Sá Carneiro – Igreja Matriz / estação de c.f. em São João de Ver”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Novo arruamento entre Avenida Sá Carneiro – Igreja Matriz / estação de c.f. em São João de Ver”; -----
 - E-mail do deputado municipal Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos subordinados aos assuntos “Apoio da Empresa Municipal Feira Viva a lista candidata a Associação de Estudantes” e “Destruição de património do Concelho que deve ser protegido e classificado”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pelo deputado municipal Moisés Ferreira, subordinados aos assuntos “Apoio da Empresa Municipal Feira Viva a lista candidata a Associação de Estudantes” e “Destruição de património do Concelho que deve ser protegido e classificado”; -----
 - E-mail do deputado municipal Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia



Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015, do assunto “Cuidados de Saúde no Concelho de Santa Maria da Feira”;

- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Moisés Ferreira, através do requerimento sobre o assunto “Apoio da Empresa Municipal Feira Viva a lista candidata a Associação de Estudantes” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 13/01/2015;
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Filipe Moreira, através do requerimento sobre o assunto “Novo arruamento entre Avenida Sá Carneiro – Igreja matriz / estação de c.f. em São João de Ver” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 13/01/2015;
- Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 29 de dezembro de 2014;
- Circular n.º 11/2015 da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a propósito do debate público sobre “Os Municípios, a reestruturação e o futuro modelo organizacional dos serviços de água e saneamento em Portugal”, que se realizou no passado dia 12 de fevereiro de 2015;
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, a resposta do Ministério da Saúde à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre a falta de enfermeiros no Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga;
- E-mail do deputado municipal Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Cruzamento da Portela – Paços de Brandão”;
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Cruzamento da Portela – Paços de Brandão”;



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

- Circular n.º 10/2015 da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre o XXII Congresso daquela Associação, a levar a cabo nos dias 27 e 28 de março de 2015; -----
- Circular n.º 12/2015 da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no âmbito do XXII Congresso daquela Associação, a levar a cabo nos dias 27 e 28 de março de 2015; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 12 de janeiro de 2015; -----
- E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015, do assunto “Plano Municipal de Segurança Rodoviária”; -----
- E-mail do deputado municipal Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Pavilhão na Freguesia de Gião”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Pavilhão na Freguesia de Gião”; -----
- E-mail por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Lagos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo moção aprovada por aquele Órgão sobre o assunto “Fim dos Contratos Emprego-Inserção (CEI)”;-----
- Convite do Sr. Presidente da Direção da Associação de Desenvolvimento de Nogueira da Regedoura (ADNR), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a apresentação do livro “Quando as estrelas acordam”, da autoria do escritor Dr. António Macedo Teixeira, evento realizado no passado dia 7 de fevereiro de 2015; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 26 de janeiro de 2015; -----
- E-mail por instrução do Sr. Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para a apresentação pública da EIDT AMP 2020, que se realizou no passado dia 20 de fevereiro de 2015; -----



- Convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Trofa e do Presidente da Junta de Freguesia de Bougado (S. Martinho e Santiago), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a inauguração da Feira Anual da Trofa 2015, e levar a cabo no próximo dia 6 de março de 2015; -----
- Ofício da Sr.^a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, o relatório de atividade e respetivos anexos daquela Comissão, referente ao ano de 2014, bem como a ata da aprovação do relatório; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de fevereiro de 2015, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de fevereiro de 2015, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
- E-mail do deputado municipal Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Águas poluídas a céu aberto na freguesia de Rio Meão (Rua de Figueiras de Baixo)”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Águas poluídas a céu aberto na freguesia de Rio Meão (Rua de Figueiras de Baixo)”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos membros da Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no passado dia 23 de fevereiro de 2015; -----
- Reclamação subscrita pelos munícipes Joaquim Adelino dos Santos Tavares e Maria do Carmo Alves Pinheiro Tavares, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre a iluminação pública na Rua da Colina, em Caldas de São Jorge; -----
- E-mail da deputada municipal Fernanda Paula Marques de Oliveira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando, nos termos legais, a sua renúncia ao mandato de membro deste Órgão, para o qual havia sido eleita pela lista do Partido Social Democrata;-



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao cidadão seguinte da lista do Partido Social Democrata para este Órgão – Justino de Amorim Pinto, informando-o que passaria a substituir, neste Órgão, a deputada municipal Fernanda Paula Marques de Oliveira, na sequência da renúncia ao mandato efetuada pela mesma, convocando-o para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de fevereiro de 2015, bem como informando-o qual a respetiva Ordem do Dia;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata, informando que a deputada municipal Fernanda Paula Marques de Oliveira renunciou ao mandato de membro deste Órgão pelo que, nos termos legais, é substituída pelo cidadão que se segue na lista da mesma força partidária – Justino de Amorim Pinto; -----
- E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, solicitando a melhor atenção para a resposta à reclamação que lhe foi endereçada, subscrita pelos munícipes Joaquim Adelino dos Santos Tavares e Maria do Carmo Alves Pinheiro Tavares, sobre a iluminação pública na Rua da Colina, em Caldas de São Jorge; -----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015, pelo que delega a sua representação na Tesoureira daquele Executivo – Liliana Alves Couto; -----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015, pelo que delega a sua representação na Secretária daquele Executivo – Maria Isabel Fontes; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de fevereiro de 2015; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de fevereiro de 2015; -----



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de fevereiro de 2015;-----
- Convite da Federação Nacional dos Professores, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar no debate “Municipalizar a Educação”, a levar a efeito no próximo dia 28 de fevereiro de 2015; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Moisés Ferreira, através dos requerimentos sobre os assuntos “Falta de condições na EB1/JI do Cavaco” e “Falta de segurança no transporte dos alunos no Concelho” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 24/02/2015;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Daniel Gomes, através do requerimento sobre o assunto “Protocolos de Desenvolvimento Desportivo – Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 24/02/2015;-----
- Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 9 de fevereiro de 2015;-----
- E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo 2.^a via do requerimento subordinado ao assunto “Programa de Apoio a Projetos Culturais – respostas dadas a depoimentos escritos”;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pela deputada municipal Margarida Gariso, subordinado ao assunto “Programa de Apoio a Projetos Culturais – respostas dadas a depoimentos escritos”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao munícipe Joaquim Adelino dos Santos Tavares, acusando a receção da reclamação efetuada sobre a iluminação pública na Rua da Colina, em Caldas de São Jorge, e informando que a mesma foi enviada, nos termos legais e regimentais, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, solicitando resposta à reclamação;-----



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Chefe da Divisão de Bibliotecas, Arquivo e Documentação da Câmara Municipal, enviando livro intitulado “Mouzinho/Flores – Um Eixo de Mudança para o Centro Histórico”, dedicado à cidade do Porto e ao seu Centro Histórico, mais concretamente à intervenção realizada no território do Eixo de Mouzinho/Flores, que lhe foi oferecido pelo Presidente Executivo do Conselho de Administração da Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana;-----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015, pelo que delega a sua representação no Secretário daquele Executivo – Manuel Pereira dos Santos;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, a resposta do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre “Contratos de Emprego-Inserção na Escolas Públicas”; -----
- Ofício da IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando do início da inspeção ao cumprimento do Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever;-----
- Diversos jornais e revistas.”-----

Entraram os membros Carla Marisa Pimentel Pereira e Eduardo José da Costa Pereira da Rocha.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, deu nota da existência de duas recomendações apresentadas pelo PS, uma moção apresentada pela CDU e duas moções apresentadas pelo BE – documentos que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem apreciadas nesta sessão e que, entretanto, foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia. Referiu ainda que a CDU remeteu, também, uma moção intitulada “Encerramento das repartições de



Finanças nas Freguesias de Lobão e Paços de Brandão” mas que, entretanto, o membro Filipe Moreira (CDU) solicitou a retirada dessa moção e que a mesma fosse substituída por um voto de saudação às mulheres portuguesas – o que teve a aceitação da Mesa.-----

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre esses documentos.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar duas moções cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“MOÇÃO – REJEIÇÃO DA AUSTERIDADE-----

É cada vez mais evidente que a austeridade apenas serviu os patrões, os ricos e os poderosos e não passou da aplicação de uma violência de Estado sobre os mais fracos.-----

A forma como os multimilionários nascem e crescem em Portugal, ao mesmo tempo que a pobreza alastra e sobe de ano para ano; a forma como as grandes empresas se aproveitam do fim da contratação coletiva, de estágios e de outras formas de precariedade para aumentar os seus lucros, enquanto aos trabalhadores e aos desempregados se retiram salários e apoios sociais, são apenas dois exemplos do que é a austeridade. E são dois exemplos que mostram também a razão pela qual a austeridade tem que ser destruída.-----

O desemprego que se sente no concelho, a pobreza que coloca cada vez mais famílias a bater à porta de associações para pedir alimentação ou apoio para pagar a eletricidade, a água ou a renda; a emigração massiva de jovens que abandonaram o concelho e o país porque aqui não encontravam futuro; o cada vez mais difícil acesso à Saúde e a deterioração de serviços públicos essenciais...-----

Tudo isso mostra o que é a vida com a austeridade. Tudo isso mostra que não é possível ter vida com austeridade.-----

Na Europa, as eleições gregas estão a mostrar que é possível outra política. Basta coragem e não aceitar governar ao lado do Governo alemão contra o povo português.-----

Temos que exigir um novo modelo, onde não se sacrifique o povo, mas onde se exija os tais sacrifícios à banca, aos ricos, aos poderosos. Basta coragem e nada mais.-----

Também no concelho de Santa Maria da Feira essa resposta tem que ser dada: ter mais políticas de proteção de quem precisa e pressionar o Governo para que acabe com as medidas



A.
G.

que estrangulam a administração local e os orçamentos das famílias. -----

A um bom Executivo caberia essa luta de enfrentar o Governo e combater a austeridade. -----

Pelo acima exposto e pelas consequências que tais medidas terão na população de Santa Maria da Feira, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 27 de fevereiro de 2015, delibera: -----

1. Manifestar a sua oposição a qualquer intenção do Governo de continuar a aplicar medidas de austeridade; -----

2. Manifestar ao Governo que as medidas de austeridade aplicadas nos últimos anos criaram um concelho empobrecido e colocaram milhares de famílias em situação crítica, pelo que a austeridade deve ser rebatida e substituída por outras medidas; -----

3. Recomendar que a Câmara Municipal crie, de forma urgente, um fundo municipal de apoio social de emergência para responder às famílias que estão ou correm risco de ficar a viver sem as condições básicas: habitação, água, eletricidade, gás e alimentação.” -----

“MOÇÃO – POR UMA MAIOR TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS DISCUSSÕES DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS -----

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira é uma das únicas da Área Metropolitana do Porto que não divulga publicamente as atas da reunião do Executivo. -----

No site da Câmara Municipal apenas constam minutas das reuniões onde a informação disponibilizada é insuficiente para padrões de transparência e de informação que queremos para o concelho. Nessas atas apenas constam as presenças nas reuniões, os assuntos levados a discussão e o resultado das votações. -----

É muito importante que os órgãos municipais tornem as suas ações mais transparentes, para que qualquer munícipe possa acompanhar e fiscalizar os órgãos que devem representar a população. -----

Num tempo em que as exigências democráticas devem ser mais fortes e num momento em que existem ferramentas que permitem essa divulgação de forma simples, rápida e acessível, é fundamental que os órgãos municipais de Santa Maria da Feira sejam mais transparentes e democráticos na sua informação. -----

Pelo acima exposto e pelas consequências que tais medidas terão na população de Santa Maria da Feira, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 27 de fevereiro



de 2015, delibera: -----

1. Criar um site da Assembleia Municipal associado ao site da Câmara Municipal onde conste: editais de convocação de sessões; Ordem de Trabalhos das sessões ocorridas; documentos apresentados e discutidos no Período Antes da Ordem do Dia; documentos que foram levados a discussão na Assembleia Municipal; resultado das votações ocorridas; publicação das atas das sessões; -----
2. Que neste mesmo site devem constar opções para acompanhamento das sessões das Assembleias Municipais em direto ou possibilidade de aceder ao áudio e ao vídeo das mesmas em momento posterior; -----
3. Recomendar à Câmara Municipal que faculte informação mais completa sobre as discussões nas reuniões de Executivo, publicando editais de convocação das reuniões de Executivo; Ordem de Trabalhos das reuniões; documentos apresentados e discutidos; resultado das votações ocorridas; publicação das atas das reuniões.” -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para apresentar uma moção e um voto de saudação cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

Considerando que: -----

- 1- A Constituição da República Portuguesa (CRP) prevê que o “Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios de subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública” (artigo 6.º, n.º 1). -----
 - 2- A descentralização de poderes efetua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço de coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública assegurando os direitos das populações. -----
 - 3- A descentralização administrativa deve assegurar o princípio da subsidiariedade devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos. -----
 - 4- A transferência de competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas, e não
-



assumida, como a prática tem demonstrado, num processo de redução de investimento público e transferência de ónus e insatisfação para o Poder Local.-----

5- O Decreto-Lei sobre descentralização de competências aprovado em Conselho de Ministros em 15 de Janeiro de 2015, constitui-se no seu objetivo e fins, num processo de delegação de competências a concretizar através de contratos interadministrativos a celebrar com as autarquias que aderirem em áreas de grande complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura), não separado da estratégia de destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado que os governos há muito prosseguem.-----

6- A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, onde o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

7- O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências onde os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autónoma do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objetivos pré-definidos.-----

8- A solução preconizada é incompatível com a autonomia do Poder Local, sendo mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhas.-----

9- Mais do que novas competências, o que o Poder Local exige e necessita é de ver preenchidas as condições (financeiras, de autonomia e de política de pessoal) para o pleno exercício das competências que hoje fazem parte do acervo das responsabilidades das autarquias.-----

10- Não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um diálogo sério entre a Administração Central e a Administração Local dado o percurso de ataque, arbitrariedades e sonegação de meios que tem sido imposta às autarquias locais, para lá da comprovada má-fé com que tem conduzido os processos de transferência de competências em áreas como a educação, a proteção civil ou a rede de serviços públicos.-----

11- O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do



sistema de ensino, afetou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional fator de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 27 de fevereiro de 2015, delibera manifestar: -----

- O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de janeiro de 2015; ----

- O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP e, conseqüentemente, aos municípios portugueses e ao Poder Local Democrático;-----

- Apelar ao Congresso da ANMP, a realizar em 27 e 28 de março próximo, no diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, rejeite liminarmente esta proposta de contratos interadministrativos de delegação de competências e manifeste a disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de competências conforme a CRP prevê; -----

- Enviar esta moção para a Associação Nacional de Municípios Portugueses, todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e para o Senhor Primeiro-Ministro.” -----

“SAUDAÇÃO ÀS MULHERES PORTUGUESAS -----

Sendo esta a sessão da Assembleia Municipal mais próxima do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, não poderia deixar de trazer aqui esta saudação, aproveitando este momento para referir a importância histórica e civilizacional desta data. -----

Os acontecimentos que lhe terão dado origem, remontam a 1857, à luta heróica das operárias têxteis de Nova Iorque, pela igualdade salarial, pela diminuição do horário de trabalho, por melhores condições laborais. Durante a II Conferência Internacional de Mulheres, realizada em 1910 na Dinamarca, Clara Zetkin propôs que o 8 de março fosse declarado como o Dia Internacional da Mulher, homenageando aquela luta das tecelãs de Nova Iorque. A partir daí, essa data começou a ser comemorada no mundo inteiro, mas só em 1975 foi, pela 1.ª vez, comemorada em liberdade, no nosso país, precisamente há 40 anos. Esse ano de 1975, estávamos nós a dar os primeiros passos na construção da nossa democracia, veio a ser declarada pela ONU, como o Ano Internacional da Mulher e viria a ter uma importância fundamental na luta pelos direitos da mulher também em Portugal. Logo a 14 de janeiro de



1975, o III Governo Provisório, de que era 1.º Ministro o General Vasco Gonçalves, tomou a resolução de aderir às celebrações. Essa Resolução refere o alto significado desse Ano, e cito: “para a evolução de um país em que as mulheres apresentam uma grande força progressista” e manifesta a sua adesão aos objetivos da ONU e, volto a citar: “reconhecendo, por um lado, as graves situações discriminatórias ainda existentes em Portugal em relação à plena participação das mulheres em múltiplos setores da vida do país e, por outro lado, a especial oportunidade do ano que vivemos pode trazer uma larga integração das mulheres em todos os aspetos em que se vai processar a reconstrução nacional”. -----

Foram grandes campanhas que se realizaram de promoção da igualdade, acompanhadas de nova legislação de defesa dos direitos das mulheres, que marcaram profundamente os direitos inscritos na Constituição da República Portuguesa, promulgada em 1976. -----

Foi nosso propósito, ao introduzir nesta saudação estas referências históricas, chamar a atenção para o verdadeiro significado do Dia Internacional da Mulher, tão ocultado e mesmo subvertido pelo marketing da sociedade capitalista, em tempos de retrocesso civilizacional indescritível, que põe em causa direitos tão duramente conquistados. -----

Desde logo, o direito ao trabalho, que promove a independência económica, condição fundamental para que as mulheres possam exercer um controlo total sobre a sua vida e sobre as suas opções. A propósito, refiro aqui o flagelo do desemprego das mulheres, no Concelho de Santa Maria da Feira que, em dezembro de 2014, é não só superior ao dos homens na mesma situação, como também superior ao desemprego feminino, a nível nacional, em cerca de 3%, segundo os dados do IEFP, que estão longe de corresponder ao desemprego real. Mas também, neste ano de 2015, 40 anos após as primeiras comemorações do 8 de março em liberdade, não posso deixar de referir o aumento das disparidades salariais entre mulheres e homens, a desvalorização das competências das mulheres refletidas nos entraves que sofrem na progressão das carreiras, no facto de serem a mão de obra mais precária e descartável, as mais pobres entre os pobres, as principais vítimas de assédio moral nos locais de trabalho e de violência doméstica. -----

Saudando, mais uma vez, todas as mulheres portuguesas e as mulheres do Concelho de Santa Maria da Feira em particular, gostaria de manifestar um voto especial para que este ano de 2015 seja, de facto, o ano em que se esbatam as desigualdades de género.”-----

O membro Filipe Moreira, concluindo a sua intervenção, fez notar que votava favoravelmente



os restantes documentos apresentados, quer pelo PS quer pelo BE, por irem ao encontro da ideologia defendida pela CDU. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“ELABORAÇÃO DE PLANO ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO DO EUROPARQUE -----

Atendendo ao conhecimento do que é público, desde que foi apresentado o projeto do Europarque o Município de Santa Maria da Feira efetuou vários contributos significativos. Desde a disponibilização de serviços de apoio, isenções de taxas, disponibilização de terrenos, construção de acessos, verbas financeiras por via direta ou indireta, aluguer de espaços, etc., até alterações urbanísticas à medida das necessidades das diversas entidades que faziam ou fazem parte da AEP, pode dizer-se que de quase todas as formas o nosso município nunca deixou de apoiar a continuidade do Europarque entre nós. -----

Mas apesar disso, ao longo de vinte anos viveu-se um relacionamento instável entre as sucessivas administrações do Europarque e a Câmara Municipal, ao ponto de, por exemplo, terem tido a ousadia de apagar do projeto o nome do nosso Concelho, insistindo em considerar a localização como Porto-Sul. -----

Agora, com o projeto falido e a credibilidade do nome posta em causa, o Europarque (ou parte dele) é-nos oferecido em condições que merecem reflexão e análise, para que não se caia segunda vez no mesmo erro, pelo que o Grupo Municipal do Partido Socialista, questiona:-----

1. A ser verdade que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira andava em conversações com o Governo, há cerca de um ano, porque é que o senhor Presidente não consultou, no mínimo, os seus parceiros de Câmara, na Oposição, para que estes, legitimados pelo voto popular, pudessem acrescentar mais-valias à posição da autarquia? -----
2. Quais as obrigações concretas, a todos os níveis – social, financeiro, laboral, etc. – a que o Município de Santa Maria da Feira fica obrigado?-----
3. Porque é que o senhor Presidente admite vir a convidar a AEP para um futuro Conselho Estratégico, quando foi precisamente essa entidade que demonstrou não ser capaz de gerir o projeto? -----
4. Se só agora é que se vai avançar para a criação de um conselho estratégico, em que base analítica é que o Presidente da Câmara decidiu, sozinho, avançar para um compromisso de 50



anos? -----

5. Quem realizou e em que base, o estudo/avaliação económico-financeiro que serve de suporte ao otimismo do senhor Presidente? É que se o negócio é assim tão bom, não se percebe como é que a AEP, com a sua nata de empresários, conseguiu deixar cair o projeto. ---

6. Como se enquadra no negócio, a situação do Visionarium, nomeadamente a nível da propriedade do edifício? E do espaço em que se integra o Hotel? -----

7. Como se irá reenquadrar a bolsa de terrenos entretanto constituída à volta do empreendimento, na perspetiva de desenvolvimento do projeto megalómano apresentado em 2009? -----

8. E ao fim dos 50 anos, o Município tomará posse plena do complexo? -----

Em coerência, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 27 de fevereiro de 2015, delibere recomendar à Câmara Municipal:-----

Que atenda à necessidade de clarificar todas as dúvidas expostas e abra a discussão sobre o futuro modelo de gestão do Europarque, em defesa dos valores sociais, culturais e financeiros do Município. -----

Que por força da longa duração de um compromisso de 50 anos, tome consciência de que é imperioso deixarmos um legado de sustentabilidade aos vindouros, elaborando um plano estratégico para gestão do Europarque, em que sejam ouvidas entidades locais e nacionais de reconhecida competência na matéria, a partir do qual serão estabelecidas as condições em que o município assume a gestão do Europarque.” -----

Interveio o membro **Manuel Ferreira Santos** (PS) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“RESTITUIÇÃO DE CAUÇÕES PELO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS -----

No mês passado entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 2/2015, de 06 de janeiro, que alargou até dezembro deste ano o pedido de pagamento das cauções pagas por contratos de serviços públicos antes de 1999 e o “Centro de Informação Autárquica ao Consumidor” informou, através do portal da Câmara Municipal, a essência desse Decreto-Lei mas não fez qualquer referência sobre os procedimentos que o cidadão deve efetuar, ou seja, verifica-se a vontade de esclarecer o cidadão mas, por alguma razão, não o fez devidamente nessa notícia. -----



Esse Decreto-Lei obriga o prestador de serviço a emitir uma declaração comprovativa do direito à restituição da respetiva caução e à afixação da lista de consumidores em questão “de forma visível, nas instalações de atendimento ao público; e a publicitação nos respetivos sítios da Internet”, com o nome completo e o n.º do contrato de fornecimento. -----

A Câmara Municipal é concedente da Indagua e deveria de utilizar essa relação privilegiada para facilitar este processo aos feirenses. -----

Hoje, a Indagua ainda não tem essa lista publicada como por exemplo a EDP já o fez, e devem ser desconhecedores das suas responsabilidades pois os seus funcionários ainda reencaminham os feirenses para a Câmara Municipal de forma a obter esclarecimentos sobre este assunto. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 27 de fevereiro de 2015, recomende a Câmara Municipal:-----

1. A diligenciar esforços junto da Indagua para que seja publicada a listagem de consumidores, conforme indicado no Decreto-Lei n.º 2/2015, logo que possível e caso a Indagua não proceda a essa publicação, deverá a Câmara Municipal apresentar a reclamação junto da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos; -----
2. A diligenciar esforços junto da Indagua para que seja enviado a todos os consumidores ativos, presentes na lista referenciada no ponto anterior, a declaração comprovativa do direito à restituição da respetiva caução. Podendo ser efetuada em simultâneo com o envio da fatura, via postal ou via eletrónica;-----
3. Divulgar no seu portal de Internet todos os procedimentos necessários para se pedir a restituição de cauções pelo fornecimento de serviços públicos e os contatos úteis de cada prestador de serviço operador no concelho.”-----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por aludir à moção apresentada pelo BE, sobre a transparência e divulgação das discussões dos órgãos municipais, dizendo que caso o proponente tivesse aceitado eliminar o ponto n.º 2, como sugerido antes do início da sessão, o grupo municipal do PSD estaria de acordo mas que, não tendo aceitado, votava contra a moção, em coerência com a decisão tomada em sede de revisão do regimento. -----
Em relação à moção de rejeição da austeridade, realçou que o BE confunde austeridade com rigor, salientando que o País terá de continuar a viver com muito rigor, quer ao nível das



contas do Estado Central, quer a nível municipal. Frisou ser absurdo tentar dizer-se que deve deixar de haver rigor e que, portanto, o grupo municipal do PSD votava contra essa moção. --- Quanto à moção da CDU sobre a delegação de competências, referiu que o grupo municipal do PSD concorda que tais delegações sejam contratualizadas com as câmaras que o queiram. Disse que uma delegação de competências generalizada para todos os municípios não será fácil de obter porque há uns que, dada a pequena dimensão que têm, não terão capacidade para absorver determinadas competências que, para os de grande dimensão, serão fáceis de exercer. Fez notar que o grupo municipal do PSD votava contra essa moção. ----- Sobre a recomendação do PS relativa à restituição de caucões pelo fornecimento de serviços públicos, sublinhou que só a ignorância nessa matéria é que explica a apresentação dessa recomendação. Recordou que, em 2001, a Indaqua Feira restituiu as verbas respetivas a todos os consumidores que tinham caucões a receber, informando que, nessa ocasião, restaram cerca de 400 que não foi possível restituir, ou porque as pessoas mudaram de residência, ou porque emigraram ou até porque morreram, tendo esse dinheiro sido entregue, em 2007, à Direção-Geral do Consumidor. Informou que o grupo municipal do PSD, por essa razão, votava contra essa recomendação. ----- Relativamente à recomendação para elaboração de plano estratégico para a gestão do Europarque, disse que já aquando da construção desse equipamento o PS andou aos ziguezagues até que, quando soube que o Europarque em Santa Maria da Feira era uma certeza, pediu ao Sr. Presidente da Câmara para que lutasse, com todas as suas forças, para o Europarque vir para Santa Maria da Feira. ----- Referiu que a recomendação é fruto da grande irritação do PS pelo sucesso alcançado pela Câmara no processo do Europarque, salientando que a grande bandeira do PS, a nível concelhio, era a grande dívida e os grandes prazos de pagamento aos fornecedores mas que, esfumando-se em poucos meses esses argumentos, porque a Câmara está a pagar a 30 dias, havia que arranjar um outro argumento para criticar a Câmara. ----- Disse dar para rir que se queira confrontar uma possível gestão da Câmara Municipal com a gestão feita pela Associação Empresarial de Portugal (AEP), sublinhando que a AEP tinha que pagar juros e tinha que amortizar a dívida mas que a Câmara vai receber gratuitamente o Europarque. Frisou que a gestão corrente do Europarque sempre deu lucro à AEP mas que, contudo, não era suficiente para pagar os juros e amortizar a dívida, comentando que se estava



a querer criar problemas onde eles não existem. -----

Quanto ao que será o Europarque daqui por 50 anos, disse que essa questão também dá vontade de rir, comentando que talvez se devesse encomendar a uma empresa internacional um estudo sobre isso e que eles dirão, talvez, algo equivalente à possibilidade de, daqui por 50 anos, se poder cultivar cenouras e tomates na Lua. -----

Fez sobressair que o grupo municipal do PSD vota contra a recomendação porque a mesma é ridícula, salientando ser evidente que a Câmara conseguiu esta negociação porque fê-la de modo absolutamente secreto, sem ir para os jornais, comentando ser assim que se consegue negociar com sucesso. -----

Concluindo o membro José Manuel Leão realçou, novamente, que a Câmara conseguiu o Europarque pelo valor zero, por 50 anos, ressaltando que se em causa estivessem 5 ou 10 milhões de euros, ou uma renda de 1 milhão de euros por ano, então que se poderia discutir a forma como utilizar o Europarque, mas que não é esse o caso, lamentando que o grupo municipal do PS não saiba aplaudir o sucesso que a Câmara teve na negociação. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que, aludindo à proposta da CDU de saudação às mulheres portuguesas, disse ser com satisfação que o CDS-PP acompanha a saudação por considerar tratar-se de um justo tributo, chamando a atenção para a necessidade de haver igualdade e equidade de género. -----

Em relação à moção sobre a delegação de competências referiu que o CDS-PP não é contra as delegações desde que feitas de forma responsável, orientada e compreendendo aquilo que, em cada município, pode ser produzido em favor dos cidadãos. Disse ser lógico que nem todos os municípios terão a capacidade necessária para levar a cabo as delegações mas que, para aqueles que a têm, entende positivo que as levem a cabo porque, dessa forma, estarão a gerir aquilo que é para os seus cidadãos e não a deixar que seja o Estado Central a fazer diretrizes que, muitas vezes, são completamente díspares das necessidades dessas populações. Referiu que, por isso, votava contra essa moção. -----

Em relação à recomendação do PS sobre a restituição de caucões pelo fornecimento de serviços públicos, disse pensar que o objetivo seria não somente abranger a Indaqua Feira, mas sim todas as entidades que prestam serviços públicos. Frisou, no entanto, que dado haver na recomendação uma focalização expressa à Indaqua Feira, e tendo em conta aquilo que foi



afirmado pelo membro José Manuel Leão a esse propósito, que votava contra essa recomendação. -----

Sobre a recomendação para a elaboração de um plano estratégico para a gestão do Europarque, disse tratar-se de uma questão pertinente e que considerava importante que a Câmara Municipal, na voz do seu Presidente, expusesse a esta Assembleia aquilo que foi o histórico das negociações e aquilo que foi produzido e conseguido. Referiu que a Câmara Municipal não se podia imiscuir à responsabilidade de tentar gerir o processo do Europarque, e que não se imiscuiu, salientando, contudo, que algumas questões devem ser colocadas, desde logo a questão do custo de manutenção que foi sendo mencionado na comunicação social, na ordem dos 300 a 400 mil euros anuais. -----

Disse ouvir falar-se de um estudo de viabilização mas que, pela relevância que tem para o Concelho, entende que tal matéria não pode ser tão-somente alinhavada num estudo, sendo preciso dar voz às forças partidárias, às forças económicas, financeiras e empresariais do Concelho e da Região, questionando de que forma é que a Câmara pondera operacionalizar a estrutura e qual o seu objetivo próximo em relação ao Europarque. Frisou ser importante ouvir a resposta da Câmara a essas questões mas que, independentemente dessas, votava favoravelmente essa recomendação apresentada pelo PS. -----

Sobre a moção do BE em relação à maior transparência e divulgação das discussões dos órgãos municipais, disse que votava a favor, recordando que foi algo que o CDS-PP procurou desenvolver aquando da discussão do regimento desta Assembleia, por considerar que tal seria benéfico para todos, em especial para os feirenses. -----

Em relação à moção pela rejeição da austeridade referiu que a tentativa de colagem da situação de Portugal à da Grécia não é feliz, lembrando que o Sr. Ministro das Finanças da Grécia disse, a um canal televisivo grego, que o programa que apresentou à União Europeia e ao Eurogrupo é vago e que isso foi deliberado, com o propósito da aprovação da prorrogação do plano e da revitalização da economia grega, e que disse ainda que os cofres do Estado Grego estão vazios e que os 7,2 mil milhões de euros são vitais para a sobrevivência do mesmo. Salientou, ainda, que o Primeiro-Ministro da Grécia comprometeu-se a lutar contra a fraude e a corrupção, a reduzir as despesas do Estado, a não travar as privatizações em curso, a cooperar com as instituições internacionais, e que tais compromissos seriam vertidos para projetos legislativos e que medidas concretas seriam tomadas nas próximas semanas. -----



O membro Válder Amorim ressaltou que a austeridade é, efetivamente, um mal que países como Portugal, Irlanda e a Grécia sofreram por incúria de governos socialistas, dizendo que têm esse ponto em comum, bem como a necessidade que tiveram de pedir socorro e ajuda externa. -----

Concluindo, referiu que a austeridade confunde-se, muitas vezes, com rigor e com transparência, ressaltando que as formas populistas de fazer política, como dizer-se seguir um rumo diferente e assumir o que é impraticável para o presente e, principalmente, para o futuro dos países e dos cidadãos, são erradas e criam demagogia e falsas expetativas nas pessoas, pelo que votava claramente contra essa moção. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por dizer, quanto ao proferido pelo membro José Leão a propósito da recomendação do PS sobre a elaboração de um plano estratégico para a gestão do Europarque, que é caso para perguntar-lhe qual foi a parte que não percebeu da recomendação porque, pelas ilações que o mesmo tirou, deu a entender que no momento em que leu a recomendação deveria andar, provavelmente, a plantar as tais cenouras na Lua. -----

Sublinhou que o grupo municipal do PS questiona, com toda a legitimidade, com que base é que o Sr. Presidente da Câmara tomou, sozinho, uma decisão para um período de 50 anos, ultrapassando o seu mandato e de muitos presidentes de câmara que hão de vir. -----

Disse não ser verdade que o Europarque não acarreta custos para a Câmara, salientando que para além dos cerca de 300 mil euros por ano com a manutenção terá ainda, de acordo com uma resposta dada pelo governo, a responsabilidade de fazer os investimentos necessários no complexo que venham a tornar-se relevantes. Ressaltou que, por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara disse na comunicação social que há um estudo que refere que poderá haver receitas anuais na ordem dos 500 a 750 mil euros, que a Feira Viva vai ficar instalada no Europarque, que será elaborado um plano estratégico para aquele equipamento e que, perante isso, o grupo municipal do PS tem toda a legitimidade para questionar a Câmara, e que nunca deixará de o fazer. -----

Sublinhou que o Sr. Presidente da Câmara, no segredo do seu gabinete, com os membros do governo, tomou a decisão da Câmara gerir o Europarque supostamente com base em estudos, reafirmando que o mesmo apresentasse esses estudos. Sublinhou que o Sr. Presidente da



Câmara decidiu sobre algo que não é seu, que é do povo e, como tal, tem que prestar contas ao povo e, como representantes do povo, discutir esse assunto com os membros desta Assembleia Municipal. -----

Em relação à questão da restituição das cauções disse que, na verdade, existem pessoas que se queixam de não terem recebido qualquer restituição, ressaltando que a Indaqua Feira tem a obrigação de cumprir o que a lei estabelece sobre a matéria. Referiu não conseguir perceber de que forma é que se defende os cidadãos quando se vota contra uma recomendação que preconiza algo que vai ao encontro daquilo que a própria lei prevê. -----

Quanto à moção apresentada pela CDU sobre a delegação de competências, disse que o grupo municipal do PS vota-a favoravelmente porque entende que não é nas costas nem contra os municípios que se tomam decisões dessa natureza, mas sim que tais matérias têm que envolver os agentes autarcas, bem como os agentes de cada uma das áreas a delegar, seja da área da Saúde, do Turismo, da Cultura, da Educação ou de outra área qualquer. -----

Em relação à moção apresentada pelo BE por uma maior transparência e divulgação das discussões dos órgãos municipais, disse que o grupo municipal do PS só a pode votar favoravelmente porque, aquando da discussão dessa matéria em sede de revisão do regimento, também votou favoravelmente, ressaltando que o Partido Socialista não tem medo da transparência e que aquilo que o BE propõe vai no sentido de haver maior transparência. -----

Em relação à moção de rejeição à austeridade, disse que o grupo municipal do PS também a vota favoravelmente porque considera miserável que existam 2 milhões de pobres no País e que, apesar do empréstimo obtido, a dívida de Portugal represente, neste momento, 130% do PIB quando, em 2011, correspondia a 90%, comentando que, no caminho que está a ser seguido, os portugueses ficarão todos esqueléticos e desaparecerão do mapa sem que antes seja encontrada uma solução para o problema. -----

Concluindo a sua intervenção a deputada municipal Margarida Gariso, referindo-se ao voto de saudação às mulheres, disse que o grupo municipal do PS é, evidentemente, favorável a essa saudação, ressaltando, todavia, querer deixar o alerta para uma coisa que considera ser altamente preocupante, que é a violência contra as mulheres, apelando à união e ao empenho de todos para combater esse flagelo. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por comentar que as palavras,



realmente, não têm o mesmo significado quando ditas por pessoas diferentes, realçando que dizer que a austeridade é rigor é o mesmo que dizer que ter um terço das crianças na pobreza é rigor, que o aumento da pobreza em Portugal é ser rigoroso, que haver cada vez mais pessoas a trabalhar com o salário mínimo nacional é ser rigoroso, que haver cada vez mais pessoas no concelho de Santa Maria da Feira a bater à porta de instituições, porque não têm o que comer, é ser rigoroso. Referiu que condenar as pessoas à fome pode ser condená-las a uma dieta rigorosa, que condenar as pessoas à pobreza pode ser condená-las a um estilo de vida rigoroso, mas que isso, na política, não é ser rigoroso e que, portanto, austeridade e rigor são dois sinónimos como, por exemplo, a lua está para os tomates, ou seja, são duas coisas que não casam e daí a moção apresentada pelo BE pela rejeição da austeridade. -----

Quanto à afirmação, muitas vezes dita, de que Portugal não é a Grécia, referiu que, efetivamente, não o é, até porque os dois países distam entre si alguns milhares de quilómetros. Frisou, contudo, que Santa Maria da Feira também não é Atenas, ressaltando que em Atenas, bem como noutros municípios gregos, é aplicado exatamente aquilo que o BE veio propor a esta Assembleia, ou seja, um fundo de emergência para acudir às pessoas que não podem pagar eletricidade, para acudir às que não podem comprar medicamentos, para acudir às que estão sem forma de comprar os seus alimentos. Frisou, portanto, que apesar de ter os seus cofres vazios, a Grécia consegue ser mais rigorosa com os pobres do que aqueles que dizem que a austeridade é rigor. -----

Em relação à questão do Europarque realçou que, pelo que é sabido, serão necessários 300 a 400 mil euros por ano para a manutenção e que, para ser sustentável, serão necessários cerca de 700 mil euros anuais para fazer face aos custos além da manutenção. Disse ser igualmente sabido que a AEP não conseguiu que o Europarque fosse sustentável mas que, apesar disso, a Câmara Municipal quer, pelos vistos, seguir exatamente o mesmo sentido do seguido pela AEP, quando esta fazia a exploração do Europarque. Questionou como é que a Câmara acha que, fazendo o mesmo que a AEP fazia, vai ter resultados diferentes, sendo que, para além disso, tem recursos bastante diferentes dos tidos pela AEP. -----

Concluindo, ressaltou que a Câmara somente referir que aceita a gestão do Europarque por 50 anos e que vai criar um conselho consultivo para decidir que tipo de gestão adotar, não é grande programa nem grande plano, fazendo notar que, se é verdade que há um plano, então que era bom que o mesmo fosse apresentado a esta Assembleia Municipal. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos, o que lhe foi concedido.-----

Em relação à questão da restituição de cauções referiu que, tal como explicado pelo membro José Manuel Leão, não há, neste momento, nenhuma verba referente a cauções por restituir em Santa Maria da Feira. Salientou que as cauções foram extintas em 1999 e que, quando a gestão do fornecimento da água no Concelho passou a ser feita pela Indaqua Feira, todas as verbas de cauções relativas a contratos ativos foram devolvidas. Quanto aos contratos inativos, esclareceu que foram publicados os respetivos editais naquela época, ressaltando ainda que, quando em 2007 a legislação foi alterada, a verba referente às cerca de 400 cauções que ainda restavam foi enviada para a Direção-Geral do Consumidor. Frisou, portanto, julgar que o problema da restituição de cauções já não existe em Santa Maria da Feira. -----

Sobre o Europarque e à solicitação no sentido de que o Presidente de Câmara discuta com a população a matéria referente à cedência desse equipamento, recordou que o Presidente da Câmara foi democraticamente eleito com o voto do povo e que, ao exercer essas funções, tem sempre o cuidado de salvaguardar o interesse desse povo que o elegeu e que muito preza. -----

Salientou que o processo negocial decorre há mais de um ano, que tem momentos de discussão que devem ser preservados, ressaltando que teve o cuidado de ir pondo ao corrente os vereadores do PS das negociações e do que se estava a perspetivar, mas que isso foi feito depois do término de uma reunião de Câmara por entender que há discussões que não podem ser tornadas públicas. -----

Frisou que o documento sobre o qual assentará a decisão será presente, oportunamente, em reunião de Câmara para esta deliberar e, depois, será submetido a esta Assembleia Municipal, salientando que, nesse momento, cada um dos membros deste Órgão poderá manifestar-se quanto a ser a Câmara Municipal a fazer a gestão do Europarque. -----

Disse que o Europarque é um equipamento de excelência, que se encontra no território de Santa Maria da Feira e que, não tendo a Câmara que pagar 1 euro que seja de renda, juros ou amortizações, acredita que a Câmara tem a vida facilitada e que tem todas as condições para rentabilizá-lo. -----

Sublinhou considerar o Europarque o melhor centro de congressos de Portugal, salientando que a visão que tem para o mesmo é que seja, por excelência, um equipamento de congressos e eventos da região norte, mas procurando que atinja dimensão nacional, salientando que seria



muito redutor considerá-lo como somente do município de Santa Maria da Feira. Disse entender que o mesmo deve estar ao serviço das populações, a nível social e cultural, bem como aos dispor das empresas como forma de divulgação dos seus produtos até internacionalmente, ressaltando considerar que o Europarque tem condições para ter uma projeção internacional, procurando recuperar alguma da notoriedade que já teve.-----

Referiu serem estas as linhas gerais que tem para o Europarque mas que serão aprofundadas com profissionais do setor, que têm uma noção mais exata sobre a matéria, destacando ainda que a Câmara terá a liberdade de arrendar espaços, de fazer parcerias, de fazer o que muito bem entender do Europarque, exceto vendê-lo. -----

Concluindo, salientou que o plano estratégico está a ser desenvolvido e que brevemente será, nos termos legais, submetido a esta Assembleia Municipal para que a mesma se possa pronunciar e que, portanto, não percebia a precipitação que estava a ver em torno desta matéria. -----

Posto isto, *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter a votação os documentos apresentados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Por uma maior transparência e divulgação das discussões dos órgãos municipais”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS: 17, BE, CDU, CDS-PP, Ind.), 31 votos contra (PSD) e 1 abstenção (PS – Liliana Couto), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Rejeição da austeridade”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 17, BE, CDU, Ind.), 32 votos contra (PSD: 31, CDS-PP) e 1 abstenção (PS – Liliana Couto), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “Delegação de Competências”*: -----



A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 17, BE, CDU, Ind.), 32 votos contra (PSD: 31, CDS-PP) e 1 abstenção (PS – Liliana Couto), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Saudação apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “Saudação às mulheres portuguesas”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 53 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Recomendação apresentada pelo membro Margarida Gariso (PS) intitulada “Elaboração de plano estratégico para a gestão do Europarque”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 17, BE, CDU, CDS-PP), 32 votos contra (PSD: 31, Ind.) e 1 abstenção (PS – Liliana Couto), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Recomendação apresentada pelo membro Manuel Ferreira Santos (PS) intitulada “Restituição de cauções pelo fornecimento de serviços públicos”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS: 17, BE, CDU), 33 votos contra (PSD: 31, CDS-PP, Ind.) e 1 abstenção (PS – Liliana Couto), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *Manuel Ferreira Santos* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----

“A declaração de voto favorável à restituição das cauções visa cumprir a lei e impedir que os serviços façam dos feirenses baratas tontas, a deslocarem-se de serviço em serviço, quando a Indaqua tem a obrigatoriedade de emitir uma declaração do valor em causa, quando é questionada, mesmo que ela seja zero, que não haja valor a restituir.-----



A lista das cauções por pagar deverá ser possível através da Direção-Geral do Consumidor, já que há feirenses que me contactaram pessoalmente que não receberam a caução. E segundo um quadro apresentado pela Direção-Geral do Consumidor, até dezembro de 2013, no total foram restituídas 571 cauções, e não é a nível concelhio, estamos a falar a nível nacional. Isto até dezembro de 2013, num documento oficial da Direção-Geral do Consumidor. Ou seja, dos 18 milhões de euros que estão por restituir aos cidadãos portugueses, duvido que todos os feirenses tenham recebido.-----

Apesar de, obviamente, a responsabilidade não ser da Câmara, a Câmara tem o dever de proteger o cidadão e, como concedente da Indaqua, poderá interagir com ela de forma a cumprir o mínimo, que seria a Indaqua, junto da Direção-Geral do Consumidor, saber o feirense a quem tem valor em dívida e, então, emitir a declaração respetiva, que o Decreto-Lei n.º 2/2015 obriga.”-----

A deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“O grupo municipal do PS naturalmente que votou favoravelmente a recomendação para elaboração de plano estratégico para a gestão do Europarque porque entende que o Sr. Presidente da Câmara não tem, sozinho, a legitimidade de assumir o compromisso por 50 anos, sem que apresente, nesta Assembleia e na Câmara Municipal, os estudos que sustentam esta decisão, sem que apresente qual é a previsão de receitas e qual é a previsão de despesas para, de seguida, podermos ter todos o mesmo otimismo e achar que a decisão que tomou está correta. Porque, até lá, é um puro ato de fé, decisão unilateral, que pode representar, se não for, efetivamente, devidamente sustentada esta decisão, a entrada de um elefante branco pela Câmara dentro, arrependendo-nos, no futuro, de uma decisão que está a ser mal tomada. -----
Portanto, o que nós reclamamos, e por isso votamos favoravelmente e apresentamos esta recomendação, é que a Câmara responda às questões que aqui estão a ser colocadas e abra, efetivamente, o debate e que nos demonstre, através dos estudos que diz possuir, a sustentação desta decisão. Contudo já vem, só depois, com as condições, com a decisão já tomada. Nomeadamente através das Câmaras vizinhas, era interessante saber qual é o seu parecer.”-----

O membro **José Manuel Leão** (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Queria apresentar uma declaração de voto em relação à moção do BE sobre a transparência,



dado o facto de o PSD estar de acordo com o ponto 1 e o ponto 3, e só votou contra porque o BE não retirou o ponto 2. -----

E sobre a proposta da CDU, sobre o Dia Internacional da Mulher, o PSD votou a favor, conforme disse antecipadamente ao proponente, mas não deixa de proferir, e quero que fique em ata, que tem aqui uma inexatidão, para não dizer uma mentira, é que o desemprego das mulheres em Santa Maria da Feira não é superior em 3% à média nacional. Isso é uma inverdade.” -----

O membro **Daniel Gomes** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Votei favoravelmente a moção da austeridade, do BE, porque considero que vivemos em democracia, e em democracia não pode haver dúvidas, tem de haver alternativa. Quando deixam de haver alternativas, mais vale que o povo não vote e entregamos isto a tecnocratas.-- Aliás, o que o povo grego fez nas últimas eleições, em voto de protesto, e o que o governo grego está a fazer atualmente é a demonstrar que tem que existir alternativas.-----

Aliás, nesse sentido, parece-me evidente que estamos a empurrar o problema com a barriga. Uma dívida de 170% em percentagem do PIB, objetivamente não é pagável, a bomba vai rebentar nas mãos dos gregos e vai influenciar toda a Europa.-----

Também votei favoravelmente a moção da CDU relacionada com os contratos de delegação interadministrativos porque a delegação de competências na área da Educação já está a dizer ao que o Governo pretende vir. Portanto, é passar o ónus da responsabilidade para os municípios no corte da despesa, lavando as mãos de todo esse processo, e tem lá uns toques de pirlimpimpim neoliberais, visto que pretende entregar prémios de eficiência. Por exemplo, se as câmaras reduzirem o número de professores abaixo do nível desejado, vejam lá, abaixo do nível desejado, recebem um prémio de eficiência. E, portanto, já estamos a ver ao que vem, pretendem única e exclusivamente cortar, implementando uma lógica de racionamento e não de racionalização, portanto uma lógica estúpida, típica de guerra. -----

E, portanto, votei favoravelmente porque não vai no sentido correto.” -----

O membro **António Topa** (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Eu não votei a favor a moção da CDU em relação à delegação de competências porque essa delegação não é obrigatória, só adere quem quiser, não há nenhuma obrigação. Eu, aliás, acho



que esta situação é, até, relativamente inócua porque não há nenhuma obrigação de aderir, de submeter a uma delegação de competências. -----

E também gostaria só de fazer aqui uma pequena retificação, se me permite, Sr. Presidente, a dívida nacional não é 170% do PIB, é muito mais baixa.”-----

Seguidamente, o membro Daniel Gomes pediu a palavra para fazer um voto de protesto, o que lhe foi concedido, nos termos do regimento.-----

O membro **Daniel Gomes** (PS) fez o seguinte voto de protesto:-----

“O voto de protesto que pretendo fazer vai no sentido de considerar que o artigo 62.º, n.º 1, alínea b) do regimento não está a ser cumprido visto que, quando os membros da Assembleia fazem requerimentos ao Executivo, demoram muito tempo a ser respondidos. O prazo de 30 dias não está a ser cumprido, chegamos a ter respostas na ordem dos 120 dias e isso consideramos que é claramente um desrespeito ao Órgão e também, na sua pessoa, representante máximo, ao Sr. Presidente da Assembleia.-----

Acho que é necessário corrigir este aspeto.”-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** questionou ao Sr. Presidente de Câmara se queria usar da palavra em relação ao voto de protesto, tendo este prescindido de o fazer.-----

Perante isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu nota que, pela informação que tem, todos os requerimentos, com a exceção de um, encontram-se, neste momento, respondidos, informando ainda que a Mesa, não semanalmente mas com uma certa periodicidade, questiona o Sr. Presidente de Câmara e os Srs. vereadores pelas respostas que têm que ser dadas aos requerimentos apresentados pelos membros da Assembleia.-----

De seguida, deu nota que apesar de esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, a Mesa entendeu por bem conceder a cada grupo municipal um tempo máximo de 3 minutos para, se o pretenderem, colocarem alguma questão à Câmara Municipal, fora do âmbito das recomendações e moções anteriormente discutidas. -- Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Fernando Moreira.-----

Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por dizer, a propósito da questão



do encerramento de repartições de finanças no Concelho, e porque foi citado pela deputada municipal Margarida Gariso num artigo de opinião que a mesma escreveu num jornal, que queria deixar a nota de que ficou muito satisfeito ao saber da confirmação, por escrito, de que tais repartições não vão encerrar. -----

Referiu que já se falava, em 2011, no encerramento mas que a realidade é que, em 2015, tal ainda não aconteceu, ressaltando manter o que disse nessa altura, ou seja, que nada é imutável, que o país e o mundo está em mudança e, como tal, pode ter que haver alterações, mas que também é da opinião que as pessoas preocupam-se muito em antecipar as coisas. ----

Salientou que sempre afirmou não perceber o porquê de se falar contra o fecho da 3.^a e da 4.^a repartição, e não da 1.^a e da 2.^a, porque não havia nada escrito que indicasse que seriam fechadas repartições de finanças, e quais as que fechavam, reforçando a sua satisfação por o Sr. Secretário de Estado ter vindo dizer que não seriam encerradas as repartições.-----

Referiu que, no disse que disse, chegou a falar-se da junção das 3.^a e 4.^a repartições com a 2.^a e que essa hipótese o deixava muito preocupado, até mais do que os encerramentos, explicando que essa junção representaria um aumento muito significativo do número de pessoas no atendimento e que isso seria negativo para os funcionários e, principalmente, para os feirenses porque, em face das condições das instalações em causa, não seriam bem atendidos.-----

Disse querer deixar esta nota à deputada municipal Margarida Gariso porque foi citado pela mesma, dizendo que aquela deputada, no seu artigo, foi mais além e adjetivou tudo e todos de desavergonhados, o que não lhe pareceu muito correto. -----

Salientou querer, ainda, felicitar a Câmara pela negociação que fez em relação ao Europarque, realçando que embora não tivesse ganho a guerra, a Câmara ganhou uma enorme batalha.-----

Referiu que acompanhou, tal como alguns dos membros presentes do grupo municipal do PS, o nascimento do Europarque, comentando que, infelizmente, aquele equipamento não veio a ser aquilo que todos desejavam, dizendo esperar que o Partido Socialista não mantenha a atitude tão titubeante que teve aquando da construção do Europarque, em que andou para trás e para a frente e só após saber que as coisas estavam encaminhadas é que pediu ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse todos os esforços porque queriam o Europarque em Santa Maria da Feira.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Fernando Moreira disse que o grupo municipal do



PS está a cometer um erro terrível ao reduzir o Europarque a Santa Maria da Feira, fazendo sobressair que o Europarque tem que ser uma infraestrutura, se não nacional, pelo menos para além da Área Metropolitana do Porto, apelando à união de esforços no sentido de colocar o Europarque a funcionar convenientemente porque, desse modo, o Concelho e toda a população que se sirva daquele equipamento sairão beneficiados. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que, aludindo à questão das repartições de finanças de Paços de Brandão e de Lobão, disse saber que a Autoridade Tributária abriu um concurso interno para inspetores o que levou a que muitos trabalhadores de repartições de finanças tivessem abandonado as repartições, ou estejam na iminência de o fazer, para desempenharem as funções de inspetor. Recordou que o próprio Sr. Presidente da Câmara apontou esse aspeto como uma das causas para a preocupação que tinha acerca do possível encerramento dessas repartições e que, nessa medida, questionava à Câmara se houve uma diminuição de trabalhadores nas repartições de Paços de Brandão e de Lobão e, se sim, em que número. -----

Sobre a afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que a visão estratégica que tem para o Europarque é fazer dele um grande centro de congressos, o centro de congressos da zona norte do País, disse já se ter ouvido exatamente isso aquando da construção do Europarque e que tal não se veio a verificar, tal como não se concretizaram promessas feitas em campanhas eleitorais passadas, como as promessas da expansão do Europarque, da criação de 4.000 postos de trabalho, comentando que, ao invés disso, o Europarque foi à falência. -----

Ressaltou, por isso, ficar com dúvidas ao ouvir dizer que a visão estratégica da Câmara é fazer do Europarque o suprasumo dos centros de congressos, o melhor do País e, quem sabe, da Europa, porque o passado de promessas rasgadas é muito vasto e que, no caso do Europarque, acabou na insolvência, questionando à Câmara o que a mesma quer fazer, em termos mais concretos, com o Europarque. -----

Referiu que outra questão que queria colocar tem a ver com uma recomendação aprovada por esta Assembleia Municipal, no mandato anterior e sob proposta do BE, para a proteção de tudo o que era a chamada Via Antiga de Mosteirô, em que se dizia que quando houvesse obras da rede de saneamento deveria estar sempre salvaguardada a proteção e a preservação daquele património. -----

Nesse âmbito, disse que a Indaqua Feira, para fazer as obras da rede de saneamento em



Mosteirô, retirou as lajes de uma das ruas da Via Antiga, concretamente da rua Américo de Ferreira e, depois das obras, alcatroou, acabando com aquele património.-----
Fez sobressair que a recomendação da Assembleia Municipal caiu em saco roto e que a Câmara não conseguiu, junto da Indaqua Feira, fazer valer essa recomendação, concluindo por dizer que isso prova uma atitude e uma atuação da Indaqua Feira acima, até, dos órgãos municipais, e com total impunidade.-----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que, aludindo ao proferido pelo membro Fernando Moreira, disse que tudo o que escreveu no artigo é verdadeiro, que são factos e afirmações de quem as proferiu. Recordou que o membro Fernando Moreira, em 28 de fevereiro de 2011, afirmou que mais do que defender as repartições de finanças e defender os funcionários deve-se defender os feirenses e os contribuintes, questionando-lhe se, em 2013 ou 2014, essa realidade mudou, ou se o que mudou foi o governo, que passou a ser do Partido Social Democrata quando, antes, era do Partido Socialista.-----

Referiu que sem vergonha é não honrar compromissos, dizendo ser isso que fizeram os Srs. Presidentes de Junta das freguesias de Paços de Brandão e de Lobão ao não votarem contra a pretensão do encerramento das repartições de finanças e, depois, quando confrontados com a realidade do encerramento, lamentaram e pediram para que tudo se fizesse para que tal não acontecesse.-----

Frisou que o grupo municipal do PS é coerente nessa matéria porque, independentemente de quem está no governo, nunca mudou de posição, sempre defendeu os interesses do Concelho de Santa Maria da Feira e que, por isso, só se pode congratular com o facto das repartições de finanças não encerrarem. Reafirmou que sem vergonha é não honrar os compromissos, é dizer uma coisa num sítio e outra coisa noutro, é votar de uma maneira quando o governo é do PS e de outra maneira quando o governo é do PSD.-----

Salientou, ainda no âmbito desse assunto, que o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais disse, à revista Visão, que está suspensa qualquer iniciativa de alterar o atual paradigma, que não disse que a decisão é definitiva, dizendo esperar que essa suspensão não se deva ao facto de 2015 ser ano de eleições e, portanto, a decisão só se encontrar suspensa por meio ano.-----

Frisou, a propósito do Europarque, que aquilo que o grupo municipal do PS está a dizer é que não passa cheques em branco, afirmando que outros houveram, nomeadamente a AEP, que



apresentaram projetos megalómanos que foram completamente mal sucedidos, apesar de terem nos seus quadros empresários experientes. -----

Sublinhou que o grupo municipal do PS tem toda a legitimidade de saber toda a informação para poder decidir em consciência, ressaltando que se essa informação comprovar que é benéfico para a população ser a Câmara a gerir o Europarque, então que é favorável, mas que precisa de saber para que não esteja a contribuir para que entre um elefante branco pela Câmara dentro. -----

Concluindo, solicitou à Câmara que faculte essa informação para que o grupo municipal do PS possa analisá-la e dizer à população que tal projeto não representa mais uma dívida para a Câmara e mais uma insolvência para pagar, recordando que o Estado já está a pagar 33 milhões de euros pelo Europarque. -----

Interveio o membro **Válter Amorim** (CDS-PP) para, também a respeito do Europarque, dizer perceber que tem que haver um plano estratégico para esse equipamento, definido e assente em coisas concretas, e que considera que um plano estratégico deve validar-se, em primeira instância, por aquilo que é uma visão e uma missão. -----

Questionou à Câmara se a mesma estava em condições de, naquele momento, apresentar algo de mais objetivo à Assembleia Municipal, nomeadamente de que forma pensa articular a gestão do Europarque, bem como se já ponderou a hipótese de ser a empresa municipal Feira Viva ou, até, uma entidade independente da própria Câmara a gerir o Europarque. -----

Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que, sobre o Europarque, salientou ser sabido que o sucesso daquele equipamento foi muitas vezes travado por existirem infraestruturas nos municípios vizinhos que, diretamente ou indiretamente, competem com o Europarque. Referiu ser também sabido que o sucesso do Europarque partirá da abrangência que o mesmo vier a ter ao nível da Área Metropolitana do Porto e que, portanto, questionava se a Câmara tem a perspectiva de discutir essa questão com os municípios vizinhos. Comentou que, em Portugal, ainda não se pensa os assuntos ao nível regional, mas sim ao nível municipal, levando a que se tenha gasto dinheiro mal gasto, repetindo-se infraestruturas. -----

Disse que outra questão que queria colocar tem a ver com a aceleração da degradação da rede viária no percurso efetuado pelos camiões que transportam a terra do aterro sanitário de



Canedo para a Pedreira das Penas, questionando se a Câmara, terminada a obra da Pedreira das Penas, prevê a requalificação imediata dessas vias. -----

Salientou que a última questão prende-se com um requerimento apresentado pela CDU, respeitante a águas poluídas em Rio Meão que correm a céu aberto, ao qual a Câmara Municipal respondeu dizendo que tem tomado todas as diligências para evitar e regularizar tais situações. Nesse âmbito, e sobre o caso ocorrido em Rio Meão, disse que tal situação repete-se há vários anos, talvez há mais de uma década, e que as pessoas na envolvência indicam que o caso tem proveniência numa empresa. -----

Concluindo, disse que se essa situação tem origem numa empresa, se se regista há vários anos e se toda a gente tem conhecimento disso, então é porque alguém está a falhar e não está a cumprir com o seu dever. -----

Interveio, a pedido do mesmo e com a anuência do Sr. Presidente da Câmara, o vereador **Eduardo Cavaco**, referindo, a respeito do Europarque, que ouviu falar muita coisa que não correspondia à verdade e que estava revoltado por isso, frisando que o Sr. Presidente da Câmara sempre deu nota aos vereadores da Câmara sobre a negociação que mantinha com o governo, e que não podia deixar passar sem dar nota disso. Disse ser sabido que essa negociação não seria fácil até porque o governo tem que pagar, pelo Europarque, uma dívida de mais de 30 milhões de euros e que, como tal, o governo nem queria ouvir falar desse assunto. -----

Frisou que o Europarque é um problema muito sério e que é um elefante branco que existe no Concelho, ressaltando que se não houver a união de todos o mesmo não é resolvido, fazendo sobressair que o que a AEP quer é resolver a sua situação, comentando que a AEP deixou cair o Europarque e que dali já retirou a maior parte dos seus funcionários. -----

Salientou que a Câmara tem que assumir a gestão do Europarque, ressaltando que todos os municípios vizinhos querem um Europarque na sua terra, querem um centro de congressos e não querem nada com Santa Maria da Feira. Sublinhou que, estando o Europarque já feito em Santa Maria da Feira, é preciso que todos se unam para resolver um problema que não é do partido A, B ou C, mas sim que é de todos, que é do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Disse concordar plenamente que o Sr. Presidente da Câmara não podia dizer publicamente tudo aquilo que estava a negociar, salientando estar convencido que o Concelho tem



capacidade para dar a volta ao problema mas que, para isso, é preciso que todos trabalhem em conjunto, e não andar com muitas tricas. -----

Concluindo a sua intervenção, o vereador Eduardo Cavaco disse que pediu para usar da palavra porque também se sentiu lesado pelo que ouviu, dado não ter sido dita toda a verdade. -----

Em seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente Câmara* para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes, face às questões colocadas. -----

Em relação à questão levantada pelo membro Moisés Ferreira, quanto a uma eventual redução do número de funcionários nas repartições de finanças de Paços de Brandão e de Lobão, disse não ter essa informação. Referiu ter também lido num jornal essa notícia da grande redução de funcionários devido a um concurso para inspetores e que, nessa medida, considera normal que essa redução venha a afetar as repartições de Paços de Brandão e de Lobão. -----

Ainda a propósito dessas duas repartições, salientou que a informação que recebeu do Sr. Diretor de Finanças de Aveiro foi a que transmitiu aos senhores vereadores, na reunião de Câmara, ou seja, da intenção de encerramento das mesmas, dando nota que a Câmara tomou uma posição de total discordância quanto a essa intenção, que foi transmitida a quem de direito, informando que daí surgiu a resposta do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais a indicar que essas repartições não seriam encerradas. -----

Em relação ao Europarque, disse ser um desafio para Santa Maria da Feira, realçando que muitos municípios gostariam de tê-lo no seu território, salientando que as pessoas que estão à frente dos destinos da Câmara são daquelas que, perante um desafio, vão à conquista e que não são como os Velhos do Restelo. -----

Quanto à questão colocada pelo membro Válder Amorim sobre qual tipo de gestão a Câmara pensa adotar para o Europarque, informou existir uma equipa multidisciplinar de cinco pessoas que está a analisar essa matéria, dando nota que essa equipa tem também reunido com entidades exteriores à Câmara, com experiência ao nível do universo dos congressos, para ajudar nessa análise. Frisou que todas as opiniões são válidas e que tem todo o gosto em ouvir as opiniões dos membros da Assembleia Municipal, salientando, contudo, que depois existem os profissionais da área que vão alertar para aquilo que é bom e mau, para as ameaças e as oportunidades, sublinhando ser esse trabalho que tem sido feito e que espera fique concluído muito rapidamente. -----



Acrescentou que a sua visão estratégica é que o Europarque seja um equipamento para congressos e eventos, essencialmente focado na região norte mas, também, alargado a todo o País, e que seja muito interligado com o tecido empresarial na promoção dos produtos e na internacionalização.-----

Disse que na envolvente do Europarque existe já em funcionamento uma clínica oncológica internacional, com capitais estrangeiros, e que a Câmara está na iminência de conseguir atrair uma outra grande empresa da área da biotecnologia, bem como tem desenvolvido contatos no sentido de conseguir mais algumas valências na área da Saúde, destacando que apesar de serem equipamentos localizados fora do Europarque, fazem parte de uma visão que tem para aquela zona, que considera ter potencial.-----

Em relação à questão da concorrência dos equipamentos similares localizados em municípios vizinhos, colocada pelo membro Filipe Moreira, frisou que a democracia é mesmo assim e que não pode impedir isso, comentando que o País cometeu alguns exageros, ao longo de muitos anos, levando a que fossem surgindo equipamentos sem qualquer planeamento estratégico, reduzindo o espaço de cada um.-----

Frisou que, apesar dessa concorrência, têm-se conseguido algumas vitórias para que determinados eventos se realizem no Europarque, aludindo ao caso da apresentação do Portugal 2020, no âmbito dos fundos comunitários para os próximos 6 anos, bem como à realização de alguns congressos, como os tidos na área da medicina veterinária e na área da medicina dentária.-----

Disse estar convencido que o Europarque vai ter uma segunda vida mas que, para isso, é preciso o empenho de todos e ter a coragem de seguir em frente, reafirmando que o plano estratégico será vertido num documento e que a Assembleia Municipal, no tempo devido, será chamada a dar o seu contributo e a pronunciar-se sobre o mesmo.-----

Sobre a questão da degradação da rede viária no percurso efetuado pelos camiões que transportam a terra para a Pedreira das Penas, disse haver, efetivamente, urgência na pavimentação da rua que vai do Hospital S. Sebastião até à rotunda dos Lions Clube e que, depois, segue até à rotunda do Monumento ao Espírito Feirense. Informou que, inclusivamente, está já adjudicado o troço que foi alvo de obras de instalação de uma conduta de água, que vai das bombas de gasolina até à linha de caminhos de ferros, junto à Corporativa Agrícola, mas que a Câmara pediu ao empreiteiro para fazer essa repavimentação



somente após a conclusão do transporte de terras para a pedreira. -----

Sublinhou, portanto, que está planeado fazer a repavimentação dessas vias degradadas pelos camiões logo que termine o trabalho do transporte de terras, do aterro sanitário de Canedo para a Pedreira das Penas.-----

Em relação à questão das águas poluídas em Rio Meão disse já ter pedido ao vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, Vítor Marques, para analisar essa situação, sublinhando que caso se verifique tratar de uma situação abrangida pela rede de saneamento, então que ter-se-á de providenciar pela ligação à rede, fazendo notar que os casos não abrangidos têm que ser analisados individualmente.-----

Em seguida, pediu ao vereador Vítor Marques para dar os esclarecimentos devidos relativamente à questão colocada pelo membro Moisés Ferreira, sobre uma intervenção ocorrida na Rua Américo Ferreira, em Mosteirô. -----

Usou da palavra o vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, **Vítor Marques**, que começou por dizer que, apesar de a Câmara já ter respondido, por escrito, à questão relacionada com as obras na rua Américo Ferreira, em Mosteirô, tinha todo o prazer em voltar a elucidar.-----

Realçou que decorreram obras de saneamento em todo o Concelho e que Mosteirô não foi exceção, salientando que, sabendo-se que Mosteirô tinha zonas históricas classificadas, foi feito um levantamento das mesmas, esclarecendo que a intervenção ocorrida na Rua Américo Ferreira foi efetuada numa zona não classificada.-----

Salientou que, além disso, a rua nunca voltaria ao seu estado inicial com a recolocação do empedrado da calçada que havia sido retirado para fazer a obra, dando ainda nota, quanto à pavimentação da rua, que foi auscultado o executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô e que a própria Assembleia de Freguesia deliberou, por maioria, pela pavimentação da referida rua, indo ao encontro daquilo que era a vontade da população local. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia, passando a introduzir o Período da Ordem do Dia. -----



Saíram os membros Rui Ribeiro, José Manuel Leão e António Topa. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Ata N.º 8 – Sessão Ordinária de 24 de novembro de 2014-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento em vigor, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor e 4 abstenções, aprovar a Ata N.º 8, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do I Relatório de 2015, informação escrita dada pelo Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que, aludindo à listagem de obras e fornecimentos adjudicados que consta do documento, disse que dos cerca de 500 mil euros de adjudicações feitas no período de 2 de janeiro de 2015 a 20 de fevereiro de 2015, cerca de 73 mil euros dizem respeito a aquisição de serviços de apoio jurídico e assessoria jurídica, representando uma percentagem relevante em relação ao valor total das adjudicações. -----

Questionou se a Câmara Municipal não tem departamento jurídico, ou juristas nos seus



quadros, que possam efetuar esse trabalho, perguntando ainda se as adjudicações de serviços jurídicos externos tem sido prática regular da Câmara. -----

Salientou que quando se analisa aquilo que eram as práticas dos municípios, e do Estado Central, constata-se que um dos problemas do endividamento tem a ver, exatamente, com a contratação de serviços externos, com a contratação de assessorias para tudo e mais alguma coisa quando têm, muito provavelmente, funcionários para fazerem esse tipo de trabalho. -----

Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que começou por salientar haver uma diferença de números entre os três anos analisados no documento, ressaltando que apesar dos membros da Assembleia terem consciência do porquê dessa diferença, importa, por uma questão de clareza e transparência e porque tais números são tornados públicos, esclarecer a população dessas razões.-----

Referiu que um desses exemplos está no Quadro II do documento, referente à análise da Despesa, em que é indicada uma despesa respeitante ao ano de 2013 muito superior à tida nos anos de 2012 e 2014. -----

Salientou que da análise do documento não transparece, na totalidade, as razões dessas diferenças e que, por isso, considerava importante esclarecer essas razões, ressaltando que 2013 foi ano de eleições e que o Executivo da Câmara não quererá, com certeza, que aconteçam outras interpretações. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que começou por questionar à Câmara se a receita de IMT arrecadada até ao momento está em linha com o que foi perspectivado, em termos orçamentais.-----

Disse que corroborava a questão feita pelo membro Moisés Ferreira a respeito da contratação externa de serviços jurídicos, dizendo que essa contratação externa parece ser um atestado de menoridade aos profissionais dessa área que a Câmara tem nos seus quadros, salientando que, caso se trate de uma questão de competências, então que a Câmara deveria providenciar para que esses funcionários recebam a devida formação.-----

Em relação às obras e fornecimentos adjudicados, frisou que seria pertinente, por uma questão de transparência, saber a quem são adjudicadas esses serviços e essas obras. -----

Quanto à análise da dívida municipal, disse ser um facto que a mesma decresceu mas que é



importante perceber que tal aconteceu à custa de outros factos também relevantes, como a falta de investimento no melhoramento das estradas municipais, a falta de investimento cultural e o “flop” que foi o último programa de apoio a atividades culturais, ou a própria elevada carga fiscal que sobrecarrega os feirenses. -----

Referiu que tudo conjugado leva a que se prestem fracos serviços municipais e, ao mesmo tempo, se arrecadem elevadas receitas, gerando fundos que podem ser abatidos à dívida, ressaltando que isso não tem nada de extraordinário. -----

Concluindo, disse que na página 5 do documento está escrito que foi a existência de pagamentos em atraso, à data de 31 de março de 2012, que possibilitou a adesão ao PAEL, ressaltando, sobre essa declaração, que faria sentido substituir “possibilitou a adesão” por “forçou a adesão”, porque tal seria mais condizente com a realidade. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar os devidos esclarecimentos. Em relação à questão da contratação de juristas externos, disse que o Direito é, hoje, uma ciência muito complexa e com muitas especialidades, ressaltando que a Câmara teria de triplicar a despesa em juristas para cobrir todas as áreas e que, por isso, vai continuar a contratar juristas externos. -----

Sobre a diferença de números verificada no ano de 2013, de que falou o membro Filipe Moreira, referiu que essa diferença se deveu, essencialmente, ao efeito PAEL, salientando que a Câmara não podia pagar as faturas relativas a esse programa enquanto não recebesse o dinheiro do PAEL. -----

Referiu que a despesa tida em 2013 se deveu, também, ao facto da Câmara ter começado a fazer obra de saneamento e a proceder ao respetivo pagamento, informando que em 2012 havia sido aprovada a candidatura aos fundos comunitários para esse efeito. -----

Em relação às questões colocadas pelo membro Daniel Gomes, disse que a receita de IMT arrecadada está de acordo com as previsões, salientando, contudo, que no próximo mês de abril serão presentes à Assembleia Municipal documentos mais detalhados. -----

Quanto a saber a quem foram adjudicadas as obras, disse ser uma informação fácil de obter pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Sobre a dívida municipal, referiu que é um facto que ela baixou significativamente, sublinhando que a Câmara está a pagar a tempo e horas e que faz uma gestão financeira



extremamente rigorosa. -----
Disse não haver nenhum flop cultural, ressaltando que há seis anos que a Câmara não tinha um programa de apoio a projetos culturais, que tornou a tê-lo agora, comentando que o membro Daniel Gomes quis fazer trauliteirice política com essa questão. -----
Em relação à requalificação da rede viária, sublinhou que a Câmara definiu prioridades, informando que no próximo verão algumas das estradas mais importantes vão ser intervencionadas, dizendo esperar que, no decorrer do presente mandato, a Câmara consiga dar um salto significativo no que respeita à requalificação da rede viária do Concelho. Frisou que as obras não se fazem com ilusões e com grandes declarações, fazem-se com gestão concreta, com angariação de fundos, com projetos de execução bastante complexos, comentando que o papel de quem aponta essas questões ao microfone é extremamente fácil, mas que o papel de quem tem a responsabilidade de governar um município com uma grandeza como o de Santa Maria da Feira, e de conseguir todas essas realizações, é extremamente difícil. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia dado que, sobre a presente matéria, não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

Reentraram os membros Rui Ribeiro, José Manuel Leão e António Topa.-----
Saíram os membros Manuel Ferreira Santos e Márcio Correia.-----

3 – Proposta de Revisão Orçamental-----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita-----

- Reformulação de denominação de rubrica do Plano Plurianual de Investimentos-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 9 de fevereiro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros



desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 31, PS: 16, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 abstenção (BE), aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, bem como a reformulação da denominação da rubrica do Plano Plurianual de Investimentos, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 9 de fevereiro de 2015. -----

Reentraram os membros Manuel Ferreira Santos e Márcio Correia. -----

4 – Pedido de autorização para contração de empréstimo a curto prazo em regime de conta caucionada, no montante de 1.500.000,00 € -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 9 de fevereiro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Instrui também o processo a matriz de decisão a que se refere o relatório de análise transcrito na deliberação suprarreferida, bem como a informação da Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr.ª Sónia Azevedo, sobre a capacidade de endividamento do município, a ata de abertura de propostas, bem como as propostas apresentadas pelas entidades consultadas. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE), que começou por dizer que ao ler a documentação relativa a este assunto, o que mais lhe saltou à vista foi a argumentação de que a saúde



financeira da Câmara está, no presente, muito melhor e que isso mostra-se pelo facto de vários bancos quererem disputar a Câmara como cliente.-----

Referiu não poder deixar passar aquilo que considera ser uma ironia neste assunto porque, por um lado, está-se a pedir a esta Assembleia Municipal que aprove um empréstimo de 1.500.000,00 € por questões de tesouraria, de liquidez, e que, por outro lado, o argumento usado para justificar o empréstimo é que o mesmo é pedido porque há muita saúde financeira no município. -----

Salientou que também é dito que uma das provas da saúde financeira da Câmara são os baixos spreads apresentados pelos bancos, e que tais spreads não eram apresentados há 2 ou 3 anos, mas que se ignora completamente que o BCE despeja, agora, dinheiro nos bancos a 0,05%, e que tal não acontecia há 2 anos.-----

Concluindo, questionou qual a necessidade da Câmara, se tem a saúde financeira que diz ter, de contrair um empréstimo de 1.500.000,00 € em regime de conta caucionada. -----

Interveio a deputada municipal **Marisela Maio** (PSD) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Os empréstimos são obrigatoriamente denominados em euros e podem ser a curto prazo, com duração até um ano ou a médio e longo prazo, com duração mais de um ano. -----

Sobre este pedido para contração de empréstimo a curto prazo, em regime de conta caucionada, no montante de 1.500.000,00 € tendo em conta tudo quanto, ainda há muito pouco tempo, foi dito sobre a “falência” da Câmara, parece-me oportuno realçar: -----

Para além dos contactos efetuados com o Sr. Presidente por diversos bancos manifestando vontade em trabalhar com a Câmara de Santa Maria da Feira, apresentaram proposta oito instituições bancárias, é necessário salientar bem este número, qualquer delas com propostas muito interessantes para os tempos que correm, tendo a proposta vencedora um spread de 1,14% uma das taxas mais baixas, se não mesmo a mais baixa, concedida para este tipo de contas aos municípios. Tal traduz a gestão financeira de rigor, que leva a que a banca em geral tenha confiança e pretenda trabalhar com a nossa Câmara.-----

É ainda importante salientar que os pagamentos aos fornecedores estão a ser efetuados a 30/33 dias.-----

Em face do que ficou dito só podemos reafirmar aquilo que sempre dissemos sobre a saúde



financeira do nosso município.-----

Está bem e recomenda-se, esperamos que para contentamento de todos. -----

Parabéns ao executivo, este e os anteriores, pelo esforço que desenvolveram para conseguir este resultado, em tempos tão conturbados.”-----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS), que começou por dizer considerar excessivo que se dê os parabéns a uma Câmara por cumprir uma obrigação que tem, de ter as contas em dia e de fazer a boa gestão dos dinheiros públicos, mas que fica satisfeita por a Câmara cumprir essa obrigação.-----

Discordou que se dê os parabéns aos executivos anteriores da Câmara, questionando se não foi a existência de contratos por pagar há mais de ano que justificou o pedido de assistência financeira ao governo, no valor de 12,8 milhões de euros. -----

Referiu que se é verdade que a Câmara está com uma situação financeira tão boa, então que pode combater um pouco a austeridade, adotando medidas que ajudem os feirenses, como reduzir a taxa de IMI, para que estes não caiam tanto na desgraça. -----

Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por agradecer o elogio feito à Câmara por ser cumpridora, salientando que ser cumpridora e pagar aos fornecedores a 30 dias implica muito rigor da parte da Câmara. -----

Sobre a intervenção feita pela deputada municipal Margarida Gariso disse que, no final, a mesma deixou fugir algumas expressões, talvez por não estarem escritas, como a de dizer que a Câmara devia dar dinheiro ao povo e ajudar o povo. Sobre isso, sublinhou que a melhor maneira da Câmara ajudar as empresas e a economia é pagando aos fornecedores em 30 dias, comentando que ainda recentemente foi abordado por um cidadão que lhe quis agradecer encarecidamente porque já tinha recebido por um fornecimento que havia feito à Câmara, há poucos dias, quando pensava que aquele cidadão o que queria era fazer uma reclamação, como é usual acontecer. -----

Frisou, portanto, que a maior ajuda que a Câmara pode dar à economia local é ser rigorosa e cumpridora, e não é andar a distribuir dinheiro ao povo até porque não o tem, comentando que se todos tivessem feito as coisas com o rigor que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira fez, o País não estaria com os problemas que está.-----



Disse saber que a deputada municipal Margarida Gariso fica incomodada quando se lhe diz que a Câmara é rigorosa, que cumpre e que paga a tempo e horas, salientando que, perante isso, a mesma reagiu à sua maneira, dizendo à Câmara para dar dinheiro ao povo, para distribuir o dinheiro, mas que as coisas não funcionam desse modo, reafirmando que a Câmara está a ser rigorosa, está a cumprir e que se sente muito honrado e orgulhoso por poder dizer isso. -----

Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara pediu à vereadora Helena Portela para esclarecer o membro Moisés Ferreira, a respeito da conta caucionada. -----

Usou da palavra a vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, **Helena Portela**, que começou por dizer que estava a haver um grande engano ao falar-se do aumento do endividamento em relação a um empréstimo em regime de conta caucionada. -----

Esclareceu que uma conta corrente caucionada tem que ser liquidada até ao final do ano e que, portanto, não aumenta o endividamento, sublinhando que a finalidade de uma conta corrente caucionada são utilizações pontuais, para sazonalidades de tesouraria, que qualquer empresa ou entidade tem. Disse ser do senso comum que há sazonalidade nos recebimentos, que há meses em que a Câmara recebe mais do que noutros, tal como há meses em que a Câmara tem de pagar mais do que noutros menos, ressaltando que uma conta corrente caucionada serve exatamente para essas situações e que, tratando-se de um empréstimo a curto prazo, tem de ser liquidado até ao final do ano. -----

A deputada municipal Margarida Gariso pediu a palavra para defesa da honra, tendo o Sr. Presidente da Mesa lhe concedido o uso da palavra, sem contudo deixar de dizer que a Mesa não viu em que momento a honra da senhora deputada municipal tivesse sido ofendida. -----

A deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) efetuou a intervenção, para defesa da honra, que se passa a citar: -----

“Eu não posso aceitar que o Sr. Presidente da Câmara tente apoucar qualquer membro desta Assembleia simplesmente porque faz o seu trabalho de casa, traz intervenções escritas e, infelizmente, não tem assessores ou outros membros da Câmara que lhe façam essas coisas. ---
E, portanto, eu não posso aceitar que isso seja entendido depreciativamente, como o Sr.



Presidente da Câmara o fez. -----
Segundo, é preciso falar verdade, e a verdade manda que esta Câmara Municipal, que foi pedir emprestado 12,8 milhões de euros ao governo, e isso tem consequências, e se o foi pedir é porque estava em pré-falência. Portanto, vamos lá a falar verdade. -----
E pedir para reduzir o IMI ser distribuir migalhas aos pobres e dar dinheiro por aí é, de facto, uma visão muito pequena do que é a solidariedade, e não o assistencialismo.” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* reiterou que a Mesa não havia visto nenhuma ofensa feita à honra da deputada municipal Margarida Gariso e que isso mesmo ficou patente na intervenção feita pela mesma, dizendo que se o tivesse visto seria a própria Mesa a chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara, como já o fez noutras ocasiões. Passou, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* usou da palavra para ressaltar não ter constatado, na intervenção efetuada pela deputada municipal Margarida Gariso, qualquer defesa da honra, mas sim que a mesma usou esse pretexto regimental para replicar a intervenção anterior que ele – Presidente da Câmara – havia feito e que a deixou algo incomodada. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor (PSD: 31, PS: 18, CDS-PP, Ind.) e 2 abstenções (CDU, BE), autorizar a Câmara a contratar um empréstimo a curto prazo em regime de conta caucionada, no montante de 1.500.000,00 €, junto da caixa Geral de Depósitos, com taxa de juro nominal variável indexada a 3 meses, acrescida de um spread de 1,14%, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 9 de fevereiro de 2015. -----

5 – Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Rio Meão-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da -----



deliberação camarária de 26 de janeiro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 53 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar, sob proposta da Câmara, a atribuição, à Junta de Freguesia de Rio Meão, de um apoio para a construção da casa mortuária, no montante de 25% do custo da obra até ao montante máximo de 37.500,00 €, mediante apresentação de comprovativos da realização das obras (fatura e/ou autos de medição), o qual será transferido 50% em 2015 e 50% em 2016. --- Mais deliberou autorizar a assunção do compromisso plurianual para 2016, inerente ao apoio a atribuir, no valor de 18.750,00 €. -----

6 – Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Romariz -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 23 de fevereiro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 53 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar, sob proposta da Câmara, a atribuição, à Junta de Freguesia de Romariz, de um apoio no montante de 10.000,00 €, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 23 de fevereiro de 2015. -----



Sairam os membros José Manuel Leão, Armando Teixeira e Liliana Couto.-----

**7 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira -----
- Atualização do tarifário para o ano de 2015 (para conhecimento) -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 15 de dezembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, apesar de haver uma deflação no País, em que as pessoas recebem menos e em que os produtos estão mais baratos, o cenário mais provável, dos apresentados nos documentos, é o de que haja um aumento das tarifas uma vez que se prevê que a água “em alta” seja aumentada, fazendo com que as pessoas tenham de pagar mais em 2015 do que pagavam em 2014 e nos anos anteriores.-----

Referiu, nesse âmbito que gostava de lembrar não só o relatório do Tribunal de Contas datado de 2014, sobre as parcerias público-privadas na água e no qual se falava, também, do caso de Santa Maria da Feira, como gostava de lembrar o novo relatório do Tribunal de Contas sobre essas mesmas parcerias, saído há cerca de uma semana.-----

Frisou que esse relatório diz que a maior parte dos contratos que as câmaras municipais fazem com empresas privadas na questão da água, colocam todo o risco no lado das câmaras, beneficiando os privados, e levam a que qualquer renegociação feita para reequilíbrio financeiro seja sempre em prejuízo do consumidor. -----

Referiu que um dos motivos para haver reequilíbrio financeiro pode ser uma alteração à estrutura de impostos, em que se os impostos subirem para a empresa esta pode reivindicar que paga mais impostos e que, portanto, tem de haver alguma atualização do tarifário, ou outra coisa qualquer que compense esse aumento de impostos. -----

Salientou, a propósito, que as empresas pagam, em 2015, menos 4% de IRC do que pagavam



há 2 anos mas que não se vê isso a ser refletido no tarifário, que não se vê nenhuma diminuição das tarifas mas sim, ano após ano, um aumento das mesmas, subindo o preço da água pago pelos consumidores. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer ter a esperança de, ainda antes do final do contrato de concessão, possa ser a Câmara Municipal a definir o tarifário da água para o Concelho, invertendo a situação atual em que é a Indaqua Feira a fazer todas as definições. -----

Disse registar a posição do Sr. Presidente da Câmara ao assumir, nos jornais, ser contra a privatização da Águas do Douro e Paiva, SA, que a água é um bem público essencial e que por isso não deve ser privatizado. Referiu subscrever essa posição do Sr. Presidente da Câmara mas que lamentava que o mesmo não manifeste ser contra a que se tenha privatizado a água no Concelho de Santa Maria da Feira, comentando que se o Sr. Presidente da Câmara é contra a privatização da água, como bem essencial, então que deve acabar com a privatização que acontece em Santa Maria da Feira. -----

Sobre o tarifário, disse tratar-se de uma fórmula matemática e que não se pode fazer nada quanto a isso, mas que queria fazer uma comparação entre os preços praticados em Santa Maria da Feira com os praticados num outro município. -----

Referiu que, em Santa Maria da Feira, o preço para o 1.º, 2.º e 3.º escalão, para 2015, é de, respetivamente, 0,52 €, 1,36 € e 2,08 € por m³, enquanto nesse outro município é de 0,24 €, 0,65 € e 1,53 €, ressalvando ainda que, nesse município, o 2.º escalão vai até ao 15 m³ enquanto que, em Santa Maria da Feira, vai até aos 10 m³. -----

Frisou que esse outro município é Lisboa e que, apesar de ali a água custar menos de metade do que custa em Santa Maria da Feira, tem dado muito brado por a água ser tão cara, comentando que se em Lisboa estão mal, em Santa Maria da Feira está-se muito pior no que respeita ao preço da água. -----

Referiu que em Lisboa, pelo que tem sido divulgado publicamente, cerca de 40% do que é cobrado na fatura da água é relativo a taxas e que, perante isso, foi comparar com a sua fatura, uma vez residir em Santa Maria da Feira, e constatou que do total pago, 58,8% diz respeito a taxas, e o restante relativo à tarifa da água e de saneamento. -----

Ressaltou que, já nesta sessão, foram levantadas questões por planos a 50 anos, recordando



que a Indaqua Feira tem um plano a 50 anos e que vai distribuir aos seus acionistas mais de 100 milhões de euros de lucros, e que como a Câmara Municipal não tinha plano nenhum, vai perder esses 100 milhões de euros. -----

Concluindo, questionou ao Sr. Presidente da Câmara para quando a existência de um tarifário social, para quando um tarifário para famílias numerosas e para quando uma solução para as famílias que não podem pagar a água. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por referir que, tendo presente as indicações e orientações referidas no relatório do Tribunal de Contas de 2014, sobre aquilo que são os preços, os tarifários e afins, a questão que entende pertinente e urgente fazer é se a Câmara tem novidades sobre a mais do que necessária negociação do contrato da concessão celebrado com a Indaqua Feira. Salientou que seria importante esclarecer qual o ponto da situação para tentar equilibrar aquilo que é referido no relatório, ou seja, a questão de que o ónus, por norma, reverte contra o município e contra os utilizadores. -----

Disse que, para o CDS-PP, continua a ser básica e fundamental a questão do preço dos ramais de ligação, salientando que no acordo que a Câmara fez com a Indaqua Feira existe quase que uma obrigação das pessoas efetuarem a ligação, mesmo não tendo dinheiro para o fazer, questionando se essa situação já foi repensada de modo a que fosse permitido a todas as pessoas que ainda não efetuaram a ligação o fazerem sem ter de pagar. -----

Concluindo, ressaltou que isso seria muito mais lícito e, em termos de negócio, até mais rentável para a Indaqua Feira porque a água chegaria a todas as pessoas, fazendo sobressair que, como bem essencial, é fundamental que a água chegue a todos mas que, em Santa Maria da Feira, tal não parece acontecer. -----

Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que iniciou por dizer que, pelo que percebeu da análise dos documentos, o preço da água para 2015 não sofre aumento mas que existe essa possibilidade no caso da Águas do Douro e Paiva, SA vir a aumentar o preço da água “em alta”.-----

Disse, a respeito da intervenção do membro Sérgio Cirino, ter visto uma notícia num jornal, há poucos dias, em que se dava nota que a fatura da água disparou, em Lisboa, para mais do dobro, em alguns casos, surpreendendo os consumidores que não foram antecipadamente



[Handwritten signature]
4

informados do aumento. Referiu, portanto, considerar que o membro Sérgio Cirino fez a sua intervenção um pouco desprevenidamente, nessa parte. -----

Salientou que outra questão que queria clarificar prende-se com o confundir a privatização da Águas do Douro e Paiva, SA, ou seja, a privatização da água “em alta”, com a concessão da exploração dos serviços da água “em baixa”. Nesse âmbito, disse que a sua posição, e a do grupo municipal do PSD, é a de aceitar a concessão da água “em baixa”, entendendo que se não fosse a concessão não teria sido possível ter a rede de abastecimento de água e a rede de saneamento feita em todo o concelho de Santa Maria da Feira.-----

Frisou, contudo, que o grupo municipal do PSD não concorda que se faça a privatização da água “em alta” porque, de facto, a água é um bem essencial e, como tal, deve ser o governo a geri-lo, ressaltando que será essa, também, a posição do Sr. Presidente da Câmara, mas que ele pode confirmá-lo. Disse ser da opinião que todos devem defender que a água “em alta” não deve ser privatizada, pedindo ao membro Sérgio Cirino para que faça passar essa mensagem ao Partido Socialista porque, para os lados de Lisboa, não parece ser esse o entendimento do Partido Socialista. -----

Sobre a questão da redução do IRC disse que isso, neste momento, em nada beneficia a Indaqua Feira porque a mesma está com prejuízos elevadíssimos, como é normal estar pelo investimento que tem feito, e como tal não paga IRC. Disse não estar a defender a Indaqua Feira, apenas a constatar uma realidade, ressaltando que aquela empresa ganhará dinheiro mas que isso só acontecerá daqui a muitos anos, comentando não saber se serão mais, ou menos, do que os 100 milhões de euros mencionados pelo membro Sérgio Cirino. -----

Concluindo, disse não se poder confundir as coisas, apelando por um discurso que diga, tanto quanto possível, a verdade às pessoas, comentando que se assim não for não se estará a tratar bem os feirenses. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos, o que lhe foi concedido.-----

Em relação ao IRC ter baixado 4% disse que, como já explicado pelo membro Fernando Moreira, mesmo que baixasse 100% em nada influenciaria a Indaqua Feira porque a mesma não apresenta lucros e, como tal, não paga IRC. -----

Sobre o proferido pelo membro Sérgio Cirino, disse querer esclarecer que a privatização e a



concessão da exploração são coisas diferentes, ressaltando que a concessão acontece quando são necessários grandes volumes de financiamento e os poderes públicos não têm capacidade para tal, concessionando a um privado que faz os investimentos e, depois, é reembolsado do mesmo. Recordou que tal género de negócio foi muito usado pelo governo do Partido Socialista, aludindo aos casos das SCUT, da Parque Escolar, das rendas dos tribunais, como exemplos disso.-----

No caso da concessão da exploração dos serviços da água a abastecimento no concelho de Santa Maria da Feira, disse já se terem passado 15 dos 50 anos do período da concessão, fazendo sobressair que, terminado esse período, todos os investimentos que estão a ser feitos no território passam a ser propriedade do Município e que, portanto, está-se a legar património muito significativo aos vindouros.-----

Referiu que outro exemplo de concessão é o Ilha Bar, em Caldas de São Jorge, explicando que o concessionário construiu o bar, vai explorá-lo durante 20 anos e, findo esse prazo, o equipamento passa a propriedade da Câmara e representará uma fonte de rendimento, salientando considerar a concessão como uma boa modalidade de gestão para os serviços públicos, frisando que, no caso da concessão referente ao abastecimento de água e saneamento, está em causa um investimento a rondar os 100 milhões de euros e que o Município não tinha, claramente, condições para o fazer. -----

Disse, contudo, ser da opinião que o melhor modelo que há para a gestão dos sistemas da água “em baixa” é o da empresa municipal, ressaltando que teve oportunidade de trabalhar numa e que entende tratar-se de um modelo muito interessante. -----

Quanto aos sistemas “em alta”, salientou que tem mantido um grande combate com o Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia por causa do processo de fusão da Águas do Douro e Paiva, SA com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA, pois entende que essa fusão vai implicar um aumento do tarifário “em alta” para o município de Santa Maria da Feira, com o qual discorda. Frisou que Santa Maria da Feira faz parte do sistema da Águas do Douro e Paiva, SA, que dá um lucro anual à volta de 3 milhões de euros, que remunera os capitais acionistas e que tem, se não a mais baixa, uma das tarifas mais baixas do País, e que o governo, com a fusão, está a querer impor um aumento na tarifa “em alta” que terá impacto em Santa Maria da Feira. Frisou ter escrito e dito esta sua opinião em público, que já o disse ao Sr. Ministro, frisando que, em defesa dos munícipes de Santa Maria



da Feira, ataca o governo quando tem de atacar, independentemente de o governo ser, ou não, da sua cor partidária.-----

Quanto ao caso de Lisboa, salientou que Lisboa é um caso à parte, que parasita o País em tudo, comentando que a Câmara de Lisboa recebeu, ainda há pouco tempo, 270 milhões de euros dos terrenos do Aeroporto, que há 4 ou 5 anos recebeu 16 milhões de euros do terreno do Hospital Santa Maria, recordando que a Câmara de Lisboa até já pretendeu vender a rede de águas pluviais à EPAL.-----

Em relação ao relatório do Tribunal de Contas, disse que a Câmara está a seguir à risca as recomendações do mesmo, comentando, sobre isso, que está à espera que o antigo vereador da Câmara e agora Deputado na Assembleia da República, António Cardoso, faça um elogio à Câmara porque disse que o faria caso esta cumprisse à risca as recomendações. Ainda a esse propósito, disse ter estado reunido com o Juiz do Tribunal de Contas que fez o relatório, tendo-lhe explicado como a Câmara estava a conduzir e a seguir as suas recomendações, e ele elogiou a Câmara. Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara disse que ninguém pode estar iludido que não vai haver uma atualização do tarifário, porque essa atualização vai acontecer, sublinhando, uma vez mais, que a Câmara está a seguir à risca aquilo que o Tribunal de Contas recomendou.-----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da atualização do tarifário para o ano de 2015 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, no âmbito da Concessão em epígrafe, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 15 de dezembro de 2014.-----

Reentraram os membros José Manuel Leão e Armando Teixeira.-----

Sáiram os membros Sérgio Cirino e Rui Alves Rios.-----

8 – Cuidados de Saúde no Concelho de Santa Maria da Feira (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e



no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo deputado municipal Moisés Ferreira, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 379, em 9 de janeiro de 2015, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Fez ainda alusão à recomendação que aquele deputado municipal fez chegar à Mesa no âmbito do assunto, e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em seguida, passou a palavra ao membro Moisés Ferreira para fazer a apresentação dessa recomendação. -----

Usou da palavra o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dar a nota prévia que, após conversa com outros grupos municipais e de forma a obter um maior consenso, o BE aceita, com autorização da Mesa, retirar o ponto n.º 1 da parte resolutive da recomendação, com o teor: “Que pugne pela criação de uma Urgência Básica que funcione complementarmente com a Urgência Médico-Cirúrgica do Hospital, de forma a descongestionar o acesso às Urgências e de forma a separar os casos mais urgentes dos menos urgentes, reduzindo o tempo de espera”, levando à renumeração dos restantes pontos.-----

De seguida, apresentou a recomendação cujo teor, após as alterações mencionadas, seguidamente se transcreve: -----

“GARANTIR UM MELHOR SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE NO CONCELHO -----

A Saúde é um direito constitucional e um bem fundamental para qualquer cidadão. Deve ser geral, universal e gratuita e ninguém pode ser privado de cuidados de saúde apropriados e de ser socorrido em situação de doença. -----

Infelizmente não é isto que tem acontecido no País e no concelho de Santa Maria da Feira. A forma como se encerraram urgências e outras valências em diversos hospitais, levando à concentração de serviços noutros hospitais; a forma como se tem depauperado o Serviço Nacional de Saúde de meios financeiros, humanos e logísticos e a forma como se introduziram taxas moderadoras cada vez mais abusivas tem feito com que o Serviço Nacional de Saúde deixe de ser geral, universal e gratuito.-----

O Hospital S. Sebastião, atualmente integrado no CHDEV, pode bem ser o exemplo desta degradação de um serviço nacional de saúde que é fundamental para a sociedade e para o Estado Social. É, por isso, necessário reverter a degradação dos serviços ali prestados,



devolvendo condições de trabalho aos profissionais, descongestionando o hospital e garantindo que os doentes têm os melhores cuidados de saúde. -----
São essas as propostas que o Bloco de Esquerda traz para discussão. -----
O encerramento de urgências e outras valências noutras hospitais pertencentes ao Centro Hospitalar tem levado a que o Hospital S. Sebastião esteja hoje a servir mais do dobro da população para a qual foi dimensionado, levando frequentemente ao congestionamento e rutura de serviços. -----
Isso mesmo ficou mais uma vez visível recentemente quando, por diversos dias consecutivos, se registaram esperas que chegaram a ultrapassar a dezena de horas. -----
Para além de o hospital estar hoje a servir uma população muito maior do que a inicialmente pensada, toda a situação é agravada pela falta de pessoal. -----
A Ordem dos Médicos disse no início de janeiro que o Hospital S. Sebastião estava a funcionar com apenas 50% dos médicos que necessitava nas Urgências; também a Diretora de Urgência alertou para o facto de o serviço “estar fora de controlo”. Segundo a mesma, desde o último dia de 2014 “as equipas estiveram sempre desfalcadas, com um número de médicos inferior ao que é minimamente necessário para um atendimento adequado”. “A equipa está completamente esgotada e todos os elementos que trabalham no serviço (assistentes operacionais, maqueiros, enfermeiros, escriturários e médicos) não conseguem aguentar mais”. -----
Esta não era a primeira vez que clínicos e outros profissionais do hospital se queixavam de falta de meios. A diretora da Unidade de Cuidados Intermédios apresentou a sua demissão numa carta muito crítica à administração do hospital. A Ordem dos Médicos confirmou a falta de pelo menos 40 médicos no circuito Urgências – Cuidados Intensivos – Cuidados Intermédios. Também a Ordem dos Enfermeiros já tinha alertado para a falta de pelo menos 48 enfermeiros no Centro Hospitalar. -----
São, por isso, várias e recorrentes as queixas que apontam para um hospital que está a funcionar com muito menos profissionais do que seria suposto. Apesar das preocupações da população e dos profissionais que ali trabalham, nada se alterou sendo, por isso, fundamental que se encontrem outras soluções para o hospital e para o centro hospitalar. -----
Perante tamanha falta de meios e face aos encerramentos que aconteceram nos últimos anos em concelhos vizinhos, o Hospital S. Sebastião é hoje um hospital a funcionar no limite e,



muitas vezes, em rutura.-----

O caso conhecido de várias cirurgias que estavam a ser desmarcadas no S. Sebastião por falta de camas no hospital mostra que o caso não se circunscreve apenas às Urgências, mas que a rutura de serviço é transversal.-----

A Câmara Municipal tem o poder e o dever de junto da nova administração do hospital, junto do ACES Feira/Arouca e junto do Ministério da Saúde exercer pressão política e apresentar soluções para garantir um melhor funcionamento do hospital e uma melhor prestação de cuidados de saúde no concelho.-----

Essas propostas passam, obrigatoriamente, pelo descongestionamento do hospital, pelo reforço de pessoal no hospital e pelo reforço efetivo e verdadeiro dos cuidados primários de saúde.-----

Perante o anteriormente exposto, é fundamental, a bem do concelho de Santa Maria da Feira e dos Feirenses, que a Assembleia Municipal recomende ao Executivo a abertura de um processo negocial entre Câmara Municipal, Administração do CHEDV, ACES e Ministério da Saúde, no sentido de:-----

1. Que pugne pelo reforço dos cuidados primários de saúde no concelho; pelo prolongamento dos horários das unidades de saúde, pelo reforço de meios humanos e materiais e pela contratação de médicos efetivos, nomeadamente para a Unidade de Saúde de Mozelos;-----
2. Que pugne pelo reforço necessário de médicos, enfermeiros, pessoal auxiliar e camas no Hospital S. Sebastião.”-----

Usou da palavra a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que efetuou a sua intervenção nos termos do documento que disponibilizou e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Todos sabemos as causas da degradação da qualidade dos serviços públicos em geral e do SNS em particular (um verdadeiro ataque ao Estado Social) devido aos graves impactos que têm na saúde e na vida das pessoas: são os cortes cegos e irracionais nas despesas e no pessoal perpetradas há mais de 3 anos por este Governo – preocupado em ir para além do negociado com a troika – evidência disso são os 60 mil trabalhadores que saíram da Administração Pública nos últimos 3 anos – 2011-2014 e desses, mais de 3.500 foram médicos, enfermeiros e técnicos de saúde – de acordo com a Síntese Estatística do Emprego Público, elaborada pela Direção Geral da Administração e do Emprego Público – publicado este mês –; agravadas



pelas fortes restrições na admissão de pessoal e que colocam em causa a autonomia dos Hospitais na resolução das situações mais graves e urgentes. -----

Contrariamente ao que por aí alguém afirma, a culpa não é das burocracias ou burocratas, atras de quem alguns políticos cobardemente se escondem para subtrair a responsabilidade do Governo, máximo responsável pela Administração Pública, a quem, por isso, compete resolver estas situações. -----

Alguns dizem que a população portuguesa está mais velha e doente. Mas quem não sabia isto? E sabendo porque nada fizeram? Sabendo, porque suprimiram camas, cortaram na despesa e no pessoal dos Hospitais? -----

Quando o Hospital S. Sebastião deu lugar ao Centro Hospital Entre Douro e Vouga (CHEDV) com encerramento de urgências dos Hospitais que integraram este CH, a população servida de 150.000 passou para 350.000, porque não houve maior reforço de camas e de médicos, enfermeiros e outro pessoal técnico, necessários para fazer face a essa nova realidade? -----

Porque motivo estão a esvaziar de médicos e outro pessoal, das extensões de saúde de Mozelos e Sanguedo, agravando o problema para as pessoas e dificultando ainda mais os serviços no Hospital? -----

Nesta matéria somos coerentes, contrariamente ao Grupo Municipal do PSD que em setembro de 2014 votou contra a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS nesta Assembleia, em que procuramos fazer chegar a nossa voz e preocupação às mais altas instâncias deste País, para mais rapidamente ajudar a combater a falta de condições e o caos que se vivia no CHEDV e que se manifestou mais visivelmente em agosto de 2014 e com uma morte no serviço de urgências, por falta de assistência, em janeiro de 2015. -----

Continuamos a entender haver urgência no reforço dos recursos humanos no Serviço de Urgência Médico Cirúrgica, assim como os demais recursos para um melhor desempenho destes serviços e um melhor Serviço de Saúde para todos os utentes.” -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que, ao falar-se sobre a Saúde em Portugal não se pode, única e exclusivamente, aludir ao que se passou nos últimos dois meses, considerando ser preciso fazer um histórico e perceber aquilo que foram anos e anos de prática, não só no que respeita à gestão dos dinheiros públicos mas, também, à saúde das populações. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Referiu que, ao fazer esta intervenção, fá-lo numa dupla função, ou seja, enquanto representante de uma franja de população feirense que o elegeu e, também, enquanto profissional de saúde que exerce funções, precisamente, no CHEDV. -----

Disse não se poder escamotear aquilo que o Hospital deu, dá e continuará a dar a um conjunto de concelhos, lembrando que quando o Hospital S. Sebastião abriu estava preconizado para a população feirense e que, nessa altura, existia um conjunto de outros hospitais à volta, mas que, atualmente, o CHEDV serve cerca de 350 mil pessoas, englobando a população de sete concelhos. Frisou que o hospital foi dimensionado e estruturado de uma forma que, hoje, poderá estar desfasada da realidade, dizendo ser importante relevar que o hospital foi fazendo correções em função das necessidades preconizadas pela população que servia, destacando ainda que, em função daquilo que eram os serviços assistenciais em concelhos limítrofes, foi necessário redimensionar o próprio hospital e criar o dito CHEDV. -----

Sublinhou que o Hospital S. Sebastião, enquanto foi apenas Hospital S. Sebastião, foi um modelo de gestão e de cuidados de saúde e que foi durante largos anos, até 2007 ou 2008, um dos melhores hospitais do País, preconizando pela excelência nos cuidados e nos serviços às populações. Referiu que a criação do CHEDV modificou, em parte, a capacidade de resposta do próprio hospital, dizendo ser importante relevar que a dívida dos outros hospitais foi assumida pelo criado CHEDV, destacando que quando se fala de gestão não se pode negar aquilo que é o princípio básico de um hospital, que é servir as populações para terem aquilo que é mais relevante na sua vida, ou seja, saúde. -----

Disse que quando se fala em saúde não estão somente em causa os hospitais, destacando que os centros de saúde são, também, mecanismos e meios fundamentais para que as populações tenham acesso a cuidados de saúde, no caso não diferenciados, e possam ver cobertas as suas necessidades mais básicas. -----

Referiu que um outro aspeto que considera relevante destacar tem a ver com a mentalidade das pessoas, salientando não ser com o aumento de profissionais nas instituições hospitalares, ou nos centros de saúde, que se vai conseguir mudar muito daquilo que é relevante na adesão aos hospitais ou aos centros de saúde, que é exatamente a mentalidade das pessoas. -----

Salientou que o que aconteceu no País, nos últimos dois meses, foi uma situação que tem vindo a agravar-se na medida em que cada vez mais gente recorre aos serviços diferenciados, às urgências hospitalares, ressaltando que isso acontece também porque há, de facto, uma



falha grande de prestação em termos de cuidados de saúde primários. Destacou, nesse âmbito, que apesar de o concelho de Santa Maria da Feira ser considerado um dos melhor servidos ao nível dos cuidados de saúde primários, tal não acontece com os concelhos limítrofes. -----

Ressaltou que os epifenómenos que têm vindo a acontecer no CHEDV, de uma adesão massiva às urgências hospitalares, generalizaram-se no País, dando nota que o CHEDV chegou a ter dias com uma adesão de 600 ou 700 utentes quando, em média, tem entre 300 a 350, fazendo sobressair que esse epifenómeno não pode ser, única e exclusivamente, explicado com a falta de pessoal. -----

Sublinhou fazer toda a diferença um serviço de urgência ter que receber, num dia, 700 pessoas quando está habituado a receber 350, recordando que a Organização Mundial de Saúde diz, no que respeita ao ato médico, que o médico carece de pelo menos 30 minutos para avaliar e observar devidamente uma pessoa. -----

Disse que, independentemente dessa questão, entende importante reforçar os cuidados de saúde primários, referindo ainda existirem brechas fundamentais resolver a esse nível, como a situação da unidade de saúde de Mozelos, bem como, eventualmente, a criação de mais USF no Concelho. Em relação aos cuidados diferenciados, referiu que o CHEDV já está a contratar mais médicos e enfermeiros, mais auxiliares e técnicos de diagnóstico, referindo que estão a entrar profissionais no CHEDV, quase diariamente, para responder às necessidades. -----

Sobre a afirmação de que cirurgias foram adiadas porque não haviam camas, disse ser importante realçar que foram adiadas cirurgias porque foram internadas pessoas cujo internamento foi considerado prioritário, para terem resposta às suas necessidades de saúde, sublinhando ser importante destacar esse aspeto para que as pessoas não se sintam minimamente enganadas, ou sejam induzidas em erro. -----

Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que começou por dar nota que, uma vez que o Bloco de Esquerda anuiu em alterar o teor da recomendação, retirando o ponto 1 da mesma, vota favoravelmente porque vai ao encontro daquilo que é preconizado pela CDU. -----

Referiu que apesar de alguns tentarem fazer parecer que existe normalidade, importa salientar que há vozes que dizem o contrário, ressaltando não ser só a CDU, o BE, o PS, a Ordem dos Médicos, os utentes, mas também o próprio PSD, na pessoa da Deputada da Assembleia da República, Carla Rodrigues, eleita pelo círculo de Aveiro, a dizer ao Sr. Ministro da Saúde



que o que foi feito para solucionar os problemas é insuficiente, que há carência de médicos, de enfermeiros, de camas, e que há estrangulamentos nas urgências.-----

Salientou que aquilo que sai na comunicação social é apenas a ponta do iceberg porque a comunicação social não poderá dar cobertura de toda a informação, de tudo o que se passa no CHEDV, e que isso o deixa ainda mais preocupado. -----

Frisou que o acesso à Saúde é um bem essencial que está preconizado na Constituição da República Portuguesa, ressaltando haver um estudo que indica que, na Área Metropolitana do Porto, o setor privado já tem tantas camas como o setor público da saúde, denotando que o setor público não consegue dar solução aos problemas da população, levando o setor privado, que tem olho para o negócio, a aproveitar esse nicho de mercado. -----

Referiu que o problema é que a maioria da população não tem acesso à saúde privada, fruto da crise e das características económico-sociais da região e do País, comentando parecer-lhe evidente que há um ataque à Saúde que deve ser travado e revertido, de modo a que se solucionem os problemas e não se excluam cidadãos no acesso à Saúde, preconizado na Constituição da República Portuguesa. -----

Interveio o membro *Serafim Guimarães* (PSD) que começou por felicitar a ideia de se discutir o estado da Saúde em Santa Maria da Feira, dizendo ter considerado excelente a intervenção do membro Válder Amorim porque, trabalhando o mesmo no CHEDV, percebe como o mesmo funciona e como são tratadas as coisas da Saúde.-----

Salientou que o Concelho está servido de cuidados de saúde primários bastante bons, comparado com o resto do País, e que o CHEDV tem bons indicadores de qualidade e eficiência em Saúde, destacando que ainda em dezembro último foi notícia de primeira página dos jornais que o CHEDV foi classificado dos melhores hospitais do País, tendo ficado em primeiro lugar nos da sua igualha, e que ficou admirado por não ter ouvido ninguém dar nota disso. -----

Referiu que o CHEDV tem uma lista de espera com prazos razoáveis, que não está fora de controlo, ressaltando ser verdade que existem dificuldades nos serviços de urgência, explicando que houveram profissionais que se aposentaram, outros que deixaram de ser forçados a prestar serviço de urgência porque ultrapassaram os 50 ou 55 anos, e outros que se despediram da função pública e foram para o setor privado, por interesses pessoais. Disse



serem três razões importantes para as dificuldades que se verificam, fazendo sobressair que tem sido difícil contratar médicos.-----

Disse que a Ordem dos Médicos visitou o Hospital e apontou uma necessidade de 40 médicos, ressaltando, a esse respeito, que a Administração Regional de Saúde autorizou 32 contratações mas que os médicos não entraram de imediato, que ainda estão a entrar, explicando que isso se deve ao facto de não haver médicos no mercado para contratar, deixando o repto de, caso algum dos presentes conheça algum internista, o faça saber porque o CHEDV vai contratá-lo. -----

Frisou que as entidades competentes, desde a própria Câmara Municipal, o Conselho de Administração do CHEDV, a Administração Regional de Saúde, o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), o Ministério da Saúde, estão preocupadas e têm reunido e trabalhado para tentar resolver o problema do Hospital, comentando, contudo, que a imprensa não tem ajudado nessa resolução porque tem vindo a alertar que o melhor é as pessoas não recorrerem ao CHEDV porque é um ninho de víboras, quando não é assim, sublinhando que os profissionais gostam de trabalhar em locais sossegados mas que a imprensa não tem ajudado nesse aspeto. -----

Disse que dos doentes que acorrem ao serviço de urgência do CHEDV, entre 20 a 25% deles são atribuídas pulseiras que não refere urgência, fazendo notar que, em alguns hospitais, essa percentagem sobe para os 75%, frisando ser um facto importante destacar. Disse que, neste ano, os doentes chegados às urgências são mais velhos, são mais graves, ocupam mais tempo a ser vistos, implicam mais internamentos e, conseqüentemente, a ocupação de camas, levando a que os serviços cirúrgicos que não sejam de urgência tenham de ser, naturalmente, passados para dias posteriores. -----

Em relação aos cuidados de saúde primários disse ser verdade que a situação verificada na unidade de saúde de Mozelos é um problema, mas que há o compromisso para que seja resolvida logo que possível, com a entrada de médicos para ocupar os lugares que vagaram, reforçando-se, desse modo, os serviços de cuidados de saúde primários, comentando que Santa Maria da Feira já é, a esse nível, dos melhores concelhos do País. -----

Disse ser preciso ter a noção de que não há perfeições na Saúde, em nenhum lugar do Mundo, destacando que Portugal está entre os primeiros 12 ou 13 países do Mundo ao nível dos cuidados de saúde, que é preciso perceber qual o lugar que ocupa nas outras áreas, frisando



que Portugal está classificado em 4.º ou 5.º país do Mundo onde é bom nascer e que pode orgulhar-se do que tem ao nível dos cuidados de saúde. -----

Salientou que as pessoas têm o direito e o dever de pugnar para que a terra onde vivem lhes ofereça o melhor de tudo, mas que é preciso ter a noção de que, ao nível da Saúde, Portugal está muito bem comparado com outros países, dando nota que a OCDE classifica o sistema de saúde português à frente, por exemplo, do inglês. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por dizer querer esclarecer o membro Serafim Guimarães de que o grupo municipal do PS nunca disse, nem poderia dizer, que a qualidade dos serviços prestados pelos técnicos de saúde do CHEDV é fraca, pois sabe que não é, mas que também sabe que eles não fazem milagres. -----

Frisou que o grupo municipal do PS está a constatar problemas, inclusivamente a registar uma morte nas urgências do Hospital, bem como a registar que foi adiada, por duas vezes, a cirurgia a uma pessoa com problemas oncológicos que carecia de ser operada. Salientou que o grupo municipal do PS não está a dizer mal, mas sim a apontar realidades concretas que afetam veementemente e de forma dramática a população, e que está a trabalhar para que essa realidade seja mudada. -----

Quanto a dizer-se que os médicos não querem vir trabalhar para o CHEDV devido, eventualmente, a uma visibilidade negativa do mesmo e por considerarem que não será bom sítio para trabalharem, referiu que, pelo que tem conhecimento, no CHEDV ainda não houve demissão em bloco de chefias, tal como aconteceu noutros hospitais do País, comentando que, se calhar, é isso que falta para que se resolva, de uma vez por todas, o problema, reafirmando que o grupo municipal do PS está a lutar para que essa resolução aconteça. -----

Interveio, novamente, o membro *Serafim Guimarães* (PSD) que começou por dizer, como aparte, que achou pouco ético que a deputada municipal Margarida Gariso, num artigo que escreveu num jornal, tivesse feito referência a uma morte ocorrida nas urgências do CHEDV, dizendo, a esse respeito, que morrem pessoas nos hospitais todos os dias e que é muito feio discutir planos de saúde falando da morte de pessoas que são muito importantes para as suas famílias.-----

Reafirmou que morreram pessoas no CHEDV, tal como morreram em muitos hospitais no



País, salientando que isso não tem significado nenhum que não seja o de que houve um afluxo exagerado de doentes, que houve dificuldade no atendimento, que houve tempos de espera, sublinhando que isso verificou-se por todo o País.-----

Concluindo, tornou a deixar o repto para que caso alguém conheça, por exemplo, especialistas de medicina interna ou de anestesia que queiram trabalhar no CHEDV, que informem o Hospital, dando nota que, neste momento, não há no mercado esses profissionais e que, não havendo, o Hospital não pode resolver todos os problemas.-----

Usou novamente da palavra a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS), que começou por referir, quanto à afirmação do membro Serafim Guimarães de que é pouco ético afirmar que houve uma morte no hospital, que não percebe onde está a falta de ética uma vez que tal corresponde à verdade.-----

Sublinhou ser membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, não de Mafra, Lisboa ou outro sítio qualquer e, como tal, está a defender a população de Santa Maria da Feira porque foi mandatada pelos feirenses para isso. Frisou que o CHEDV está em Santa Maria da Feira e que, infelizmente, ocorreu uma morte nas urgências do Hospital, dizendo não conseguir perceber a noção de que é falta de ética dizer-se a verdade.-----

Interveio o **Sr. Presidente Câmara** que começou por dizer que a Câmara já está a fazer, há bastante tempo, aquilo que consta da recomendação apresentada pelo BE, frisando que o Concelho tem a melhor rede de cuidados de saúde primários do País devido à audácia que a mesma teve quando, em 2008, era o então Secretário de Estado da Saúde o Dr. Manuel Pizarro, elaborou um plano a esse nível. Ressaltou que esse plano funcionou bem, fazendo com que o município de Santa Maria da Feira ainda seja, segundo disse julgar, o que tem o maior número de Unidades de Saúde Familiar do País.-----

Referiu que quando, em 2014, foi levantada a questão da perda de valências do CHEDV, reuniu com a administração do mesmo para perceber quais as reivindicações que devia fazer junto do Sr. Secretário de Estado, e que um dos problemas apontados foi a falta de recursos humanos. Salientou que levou essa reivindicação ao Sr. Secretário de Estado e que, desde então, começaram a ser desenvolvidos os procedimentos de contratação de pessoal, explicando que tais procedimentos demoram alguns meses a ser concluídos e que, por isso, só



agora começaram a ser admitidos esses profissionais de saúde. -----

Disse que, apesar disso, custa-lhe ver algumas lacunas a acontecer no CHEDV, dando nota que houve dias em que se verificaram entre 500 a 600 episódios de urgência, essencialmente casos de gripe, e que não era humanamente possível dar resposta a todos, sublinhando que esse problema ficará atenuado com o recrutamento significativo de pessoal que está a decorrer. -----

Salientou que tenciona reunir o mais brevemente possível com o novo Diretor do CHEDV para averiguar das verdadeiras necessidades do Centro Hospitalar, dizendo que irá procurar ajudar a encontrar as melhores soluções. Informou ter feito, também, um pedido de agendamento com a ARS Norte, que recentemente mudou de Presidente, para tratar do caso da unidade de saúde de Mozelos, dizendo ser esse o único caso pendente que o Concelho tem ao nível dos cuidados de saúde primários. Deu ainda nota da abertura, há poucos dias, da unidade de cuidados continuados de Escapães, salientando que essa era uma reivindicação de há 2 anos. -----

Frisou que uma das áreas que indica sempre como uma das mais competitivas do Concelho é precisamente a área dos cuidados de saúde, quer primários quer ao nível hospitalar, dizendo que esse aspeto é muito importante para as pessoas e que, como tal, vai manter esse procedimento. -----

Quanto à morte ocorrida nas urgência do CHEDV e que foi noticiada nos jornais, disse ter tido o cuidado de se inteirar do que se passou junto dos médicos, comentando que, por vezes, são exponenciados aspetos que não vale a pena exponenciar. -----

Referiu que muitos municípios gostariam de ter um hospital na sua terra e que, como tal, é da opinião que os feirenses devem defender o seu hospital, ressaltando ainda que, apesar de alguns episódios excessivos causados pelo excesso de afluência às urgências, que precisam ser resolvidos, entende ser positivo que as urgências estejam concentradas no CHEDV. -----

O Sr. Presidente da Câmara, concluindo a sua intervenção, sublinhou ainda que estar o CHEDV situado em Santa Maria da Feira significa emprego qualificado, significa pessoas qualificadas a viverem e a trabalharem no Concelho, e que dizer mal do Centro Hospitalar é dar tiros nos pés, apelando para que tal não aconteça. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal



deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da recomendação (BE, CDU, PS: 15, PSD: 2 – Jorge Ferreira, José Carlos Silva), 29 votos contra (PSD) e 2 abstenções (CDS-PP, Ind.), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

A deputada municipal **Carla Pereira** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----
“Eu votei a favor, sem sombra de dúvidas, esta recomendação do Bloco de Esquerda. Aliás, congratulo-me imenso por ter aceitado a nossa proposta, nossa e se calhar de demais grupos municipais, da retirada do ponto 1, já que foi um ponto que foi levado à Assembleia da República e carece de fundamentação legal, que agora não poderia ser, em Assembleia Municipal, decidido sobre tal. -----

Eu tenho, ultimamente, ouvido os maiores especialistas na área da gestão da Saúde, muitos deles, a maior parte deles, da área política do PSD. Acreditem! Eu posso dizer imensos nomes, muitos deles que já desempenharam cargos de alta direção em governos sociais democratas, e que dizem que o pior deste Ministro da Saúde, deste Ministério da Saúde. Eu voto a favor porque tenho fundamentações e tenho opiniões dos maiores especialistas na área da Saúde, nomeadamente muitos do PSD que já desempenharam altos cargos, que a política de recursos humanos deste Ministro da Saúde é a pior coisa já existente no Ministério, e que está a prejudicar altamente e concretamente o Serviço Nacional de Saúde. -----

Só referir que na Administração Central do Sistema de Saúde, onde exerço funções, esta semana foi referenciado um caso negativo, e visto como um caso negativo, o CHEDV. É pena a quem está aqui, que está dentro do Serviço Nacional de Saúde, não veja isso. É muita pena a cegueira.” -----

O membro **Serafim Guimarães** (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Queria dizer que o PSD votou contra, não porque não concorde com as necessidades que estão expressas nesta proposta, simplesmente elas já estão a ser tratadas pela Câmara Municipal, pelo Executivo, por quem de direito. -----

Portanto, tal como da outra vez em que a Dra. Margarida Gariso não entendeu que nós votamos contra porque já estava a ser tratado aquilo que ela propunha, hoje estamos a dizer, e o Sr. Presidente da Câmara já explicou, que as propostas já estão a ser tratadas. Não é preciso



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

recomendar a ninguém. Já estão a ser tratadas.”-----

O membro **Válter Amorim** (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Para esclarecer o porquê de ter votado em abstenção. É que, independentemente de considerar que muito daquilo que está a ser pedido já está a ser entretanto resolvido, acho que devo dizer que tudo aquilo que possa ser feito pelo bem dos feirenses e dos restantes munícipes que, de facto, existem nos outros concelhos e ao qual o Hospital presta serviço, tudo aquilo que se possa fazer a mais é benéfico e é em prol das pessoas e dos cidadãos. Daí que o meu sentido de voto foi aquele.”-----

O membro **Jorge Ferreira** (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Eu votei a favor da recomendação do BE. Eu sou funcionário, sou médico da Unidade de Saúde de Mozelos há 33 anos e concordo inteiramente com esta situação.-----

O que se está a passar, penso que é lamentável, mas estas situações não são para discutir, na minha opinião, na via pública, são para discutir fortemente nos gabinetes.-----

Eu queria dar aqui uma palavra ao Sr. Presidente da Câmara e ao vereador Vítor Marques pelo bom trabalho que têm feito, e podem crer que se efetivamente o vosso trabalho tivesse sido negativo, eu também estaria aqui a dizer-vos, cara a cara, como digo muitas vezes.-----

É no gabinete, é no silêncio que se deve travar estes combates. E devo dizer-vos a todos vocês, e particularmente a vocês os dois, o Sr. Presidente da Câmara principalmente, você sabe exatamente onde está o cancro do problema. O cancro do problema tem que ser tratado, tem que ser atacado. Peço-vos compreensão.”-----

O membro **José Carlos Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, fez a seguinte declaração de voto:-----

“Votei favoravelmente a recomendação do Bloco de Esquerda, como seria de esperar. E venho dizer que o tema está a ser tratado desde a primeira hora, tenho tido apoio completo e incondicional da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, na pessoa do Dr. Vítor Marques e do Sr. Presidente. Se não fosse dessa forma, evidentemente que teria posições ainda mais radicais. Agora, é preciso ter coerência. Nós, na última moção que foi aprovada na Assembleia de Freguesia de Mozelos, tivemos unanimidade. Numa anterior não tivemos, e foi



o PS que não deu unanimidade a uma dessas moções. É complicado haver duas situações. -----
Eu vou defender sempre Mozelos, independentemente de fosse quem fosse. Agora, ter o apoio
da Câmara e desde a primeira hora estarmos nisso, é fundamental. -----
E eu agradeço esse apoio porque, acima de tudo, tem de haver coerência e porque, mais uma
vez, como em outras questões que foram feitas, é importante coerência.” -----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----

“A razão de ser da votação do grupo municipal do Partido Socialista, favorável à
recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, tem que ver com a coerência que nós
vimos defender nesta matéria, que publicamente e no local certo, em representação do povo,
estamos a defender aquilo que é melhor para o povo. -----

As mortes nos hospitais são naturais, mas não são naturais as mortes nos hospitais resultantes
de falta de recursos humanos reclamados e comunicados à administração hospitalar três dias
antes de falecer a pessoa que faleceu. Por isso, nós só poderíamos estar favoráveis a esta
solução, e que seja em força para que, efetivamente, se evitem mais mortes por esta razão.” ---

Saíram os membros Gastão Silva, Jorge Ferreira e Alberto Tavares. -----

**9 – Plano Municipal de Segurança Rodoviária (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro e artigo 17.º do Regimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do
artigo 53.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e
no seguimento da solicitação remetida à Mesa pela deputada municipal Margarida Gariso,
registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 1.413, em 28 de janeiro de 2015,
documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e
que aqui se dá por transcrito. Fez ainda alusão à recomendação que aquela deputada
municipal fez chegar à Mesa no âmbito do assunto, e que igualmente foi distribuída,
oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em seguida, passou a palavra à deputada municipal Margarida Gariso para fazer a
apresentação dessa recomendação. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que apresentou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA -----

Um dos maiores fatores de sinistralidade rodoviária, é o aumento da circulação de veículos na rede viária. As suas causas estabelecem-se numa dinâmica em que interagem quatro fatores: humano, veículo, ambiente e via. -----

Numa ótica transversal e para diminuir a elevada sinistralidade que ocorre em Portugal, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, através da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR), elaborou um guia destinado a orientar os municípios na elaboração dos respetivos Planos Municipais de Segurança Rodoviária (PMSR), com objetivos claros, precisos e quantificáveis. -----

Os PMSR têm por objetivo combater a sinistralidade rodoviária envolvendo entidades públicas, privadas e os cidadãos. Por um lado, apontando medidas para a melhoria das infraestruturas e o ordenamento do trânsito concelhio e, por outro, desenvolvendo ações eficazes para estimular os automobilistas e peões a cumprirem as regras de segurança. -----

Para além da caracterização do território concelhio e respetiva rede viária, faz parte dos PMSR, um diagnóstico da sinistralidade que ocorra no concelho, identificando objetivos, metas e medidas de intervenção corretivas. -----

Também faz parte da estrutura municipal do plano recomendado, a existência do Observatório Municipal de Segurança Rodoviária, que deve integrar a equipa técnica responsável pela conceção, implementação, acompanhamento, monitorização e desenvolvimento do PMSR; no mesmo sentido se integram uma Estrutura Técnica de Apoio ao Observatório e um Conselho Consultivo. Este último caracteriza-se por ser uma estrutura de acompanhamento do Plano, e deve ser integrado por organismos, entidades, associações e indivíduos que, pelas suas competências e qualificações, possam colaborar na sua concretização. -----

As ações em prol da segurança rodoviária têm um custo seguramente mais baixo, comparado aos custos humanos, sociais e económicos, resultantes da insegurança rodoviária. Por isso, este é um combate que da parte do Grupo Municipal do PS valerá a pena travar, desde logo com a apresentação desta proposta. Este Plano tem por objetivo salvar vidas e acautelar danos físicos e patrimoniais dos cidadãos nas estradas do nosso concelho, através da identificação dos maiores constrangimentos à segurança rodoviária, apontando soluções para a melhoria



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Atropelamento	145	3	152	61	0	75	125	1	173
Colisão	827	6	983	518	3	521	808	8	960
Despiste	158	0	175	49	1	69	111	0	107
Fonte: Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro – 05-01-2015									

	Feira			Arrifana			Lourosa			Totais		
	Acidentes	Mortos	Feridos									
Atropelamento	145	3	152	61	0	75	125	1	173	331	4	400
Colisão	827	6	983	518	3	521	808	8	960	2153	17	2464
Despiste	158	0	175	49	1	69	111	0	107	318	1	351
	1130	9	1310	628	4	665	1044	9	1240	2802	22	3215

Pela análise dos dados, e tendo apenas por suporte os acidentes em que as Corporações de Bombeiros são chamadas a intervir (o que significa que ocorrem muito mais acidentes do que os constantes no mapa) os números são preocupantes, porque de vidas humanas se trata, para além dos danos materiais daí advenientes, para os intervenientes em particular e para a sociedade em geral. -----

Dados que nos devem fazer agir, pois só conhecendo a realidade poderemos compreender a sua génese, intervir sobre as causas e perceber os seus efeitos, podendo dessa forma prevenir a sua ocorrência. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 27 de fevereiro de 2015, recomenda à Câmara Municipal a elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária para ser posto em prática até ao final do ano de 2016 no concelho de Santa Maria da Feira.” -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer ser pertinente e relevante falar sobre a elaboração de um Plano Municipal de Segurança Rodoviária, frisando a importância de uma tomada de posição por parte de todos os que têm responsabilidades públicas em relação a esta matéria. -----

Referiu que a recomendação elenca um conjunto de fatores que interagem, nomeadamente os fatores humano, do veículo, do ambiente e da via, sublinhando que ao falar-se em acidentes sonega-se, muitas vezes, aquilo que é relevante, como as causas que podem interferir com aquilo que seria natural e expetável encontrar. -----



Disse ser importante que as entidades responsáveis, como as autarquias ou outras entidades públicas, ou até mesmo associações humanitárias ou de outra natureza, percebam aquilo que pode ser melhorado e deem contributos positivos e relevantes na discussão deste assunto, frisando que, em Portugal, continua a morrer muita gente devido à sinistralidade rodoviária, apesar de em menor número em relação ao que se verificava antigamente.-----

Realçou que, devido à sua prática diária enquanto profissional de saúde, verifica muitas situações dessas, com resultados altamente nefastos não só para as pessoas diretamente envolvidas nos acidentes como, também, para as suas famílias, sublinhando os custos para o erário público que a sinistralidade acarreta, nomeadamente com a assistência futura dessas pessoas, das famílias e das comunidades. -----

Concluindo, reafirmou ser um assunto relevante que deve ser assumido por todos os que têm responsabilidade nesta matéria e, daí, votar favoravelmente a recomendação. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que iniciou por dizer que, quando se fala de sinistralidade rodoviária, é comumente aceite que o grosso dos acidentes acontecem dentro das localidades, apesar de os ocorridos nas vias rápidas serem geralmente mais mortais, e que isso deve fazer com que os municípios tenham, de forma também preventiva, planos de prevenção de sinistralidade rodoviária. -----

Frisou que o município de Santa Maria da Feira é extenso e tem um planeamento urbanístico bastante fraco, com ausência de passeios, buracos nas estradas e outras situações potenciadoras dos problemas de circulação dentro da localidade e que, por isso, considera importante a elaboração do referido plano, fazendo-se a identificação dos pontos negros do Concelho, onde existe maior sinistralidade, para resolver essas situações.-----

Aludiu ao caso do município de Penafiel, dizendo que o mesmo tinha alguns problemas bastante graves de sinistralidade em alguns pontos específicos, que foram identificados e remediados, comentando que, por vezes, basta fazer uma pequena ilha, altear um pouco a passadeira, substituir um semáforo por uma rotunda, para que o problema se resolva. -----

Frisou, portanto, que em primeiro lugar é preciso identificar os locais do Concelho onde existe mais sinistralidade e que, desse ponto de vista, a elaboração do plano era bastante importante pelo que acompanhava a recomendação apresentada. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Interveio o membro *António Topa* (PSD) que começou por dizer ser sabido que o Ministério da Administração Interna, no âmbito da revisão da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, está a providenciar no sentido de que todos os municípios sejam obrigados a fazer o seu plano municipal de segurança rodoviária, frisando que essa revisão será aprovada, possivelmente, até ao final do ano corrente. -----

Sublinhou que, para além disso, a elaboração de 308 planos municipais implicará que seja feita, em primeiro lugar, uma regulamentação no sentido de haver uma uniformização na elaboração dos planos municipais porque, caso contrário, pode acontecer que enquanto uns municípios queiram pintar as passadeiras de branco, outros queiram pintá-las, por exemplo, de verde. -----

Referiu não fazer sentido os municípios lançarem os concursos para a elaboração dos seus planos antes dessa uniformização, sob pena de terem de ser alterados e que, por essa razão e porque os concursos costumam demorar bastante tempo, considera irrealista que a Câmara Municipal consiga elaborar o seu plano municipal até ao final de 2016, como diz na recomendação. -----

Salientou que, nessa medida, propunha uma alteração à recomendação no sentido de ser alargado, por mais um ano, o prazo mencionado para a elaboração do plano municipal, dizendo que caso essa sugestão fosse aceite votaria favoravelmente e aconselharia os restantes membros do grupo municipal do PSD a também fazê-lo, caso contrário votava contra por considerar irrealista o prazo mencionado e também porque sabe que, de qualquer maneira, os planos vão ser elaborados porque os municípios vão ser obrigados a fazê-los. -----

Concluindo, deu nota que, em função da estratégia nacional ao nível da segurança rodoviária, deu entrada na Assembleia da República uma Proposta de Lei para que os conselhos municipais de segurança passem a ter competências e objetivos definidos a esse nível e que, portanto, estão a ser dados passos para que os municípios tenham mais intervenção no que diz respeito à segurança rodoviária. -----

Usou novamente da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que referiu que, de facto, encontra-se em revisão a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, que teve a vigência de 2008 a 2015, ressaltando, todavia, que apesar dos planos municipais de segurança rodoviária serem voluntários, tal não impediu que vários municípios os tivessem elaborado.



Disse que, infelizmente, não foram tantos municípios a fazê-lo quanto aqueles que deveriam ter sido, salientando que aqueles que não elaboraram o plano não estavam sensibilizados para a gravidade do problema da sinistralidade rodoviária que, conforme é sabido, ocorre em maior número e gravidade dentro das localidades, chamando a atenção de que foi o próprio Sr. Secretário de Estado da Administração Interna a dizer que falta, essencialmente, vontade política dos municípios e que é fundamental que os municípios elejam a questão da segurança rodoviária como prioritária. -----

Sublinhou que, independentemente dos normativos legais que surjam, o município não está impedido de elaborar o seu plano, salientando que se a questão tivesse visibilidade e se o município estivesse sensibilizado para esta matéria já o teria elaborado, estranhando que os senhores deputados do grupo municipal do PSD se estejam a agarrar a uma questão burocrática para tentarem adiar uma situação grave porque estão em causa as vidas de pessoas. -----

Salientou que adiar por mais um ano é mandar o assunto para as calendas, é adiar para o próximo mandato porque 2017 é ano de eleições, é deixar persistir os problemas e deixar que pessoas continuem a morrer e a sofrer devido à sinistralidade rodoviária, questionando se é isso que o grupo municipal do PSD quer ou se pretende, desde já, combater o problema. -----

Concluindo, referiu que gostava muito que o grupo municipal do PSD votasse favoravelmente a recomendação, ressaltando, contudo, que pelas razões que apontou e porque entende que o valor da vida humana está acima de tudo, o grupo municipal do PS considera dever manter o texto da recomendação. -----

O membro *António Topa* (PSD) voltou a intervir, referindo que a revisão do documento estratégico deve-se, essencialmente, ao facto de que todos os municípios terão de elaborar o seu plano municipal e tal implica que haja uma uniformização nacional, ressaltando que, na altura em que foi vereador na Câmara Municipal, foi obrigado a alterar um plano, depois dele feito, por questões de uniformização. -----

Disse perceber alguma coisa de planeamento e perceber as implicações que, muitas vezes, acontecem, dizendo discordar que se elabore um plano, com os custos envolvidos, para depois ter novamente de pagar para que o mesmo seja alterado, levando a perda de tempo quando se julgava que se ia ganhar. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Concluindo disse que, uma vez que não foi aceite a sua sugestão de alteração do prazo para a elaboração do plano municipal, e porque sabe que o mesmo vai ser feito da mesma maneira porque os municípios a isso vão ser obrigados, vota contra a recomendação apresentada pelo grupo municipal do PS. -----

Interveio novamente a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS), que frisou já haver um guia para orientar na elaboração do plano e que, portanto, não é preciso aguardar por nenhum normativo, sublinhando que alguns municípios tiveram a coragem e a sensibilidade para elaborar um plano e implementá-lo, como o já mencionado município de Penafiel, sem precisaram de um normativo para o fazer. -----

Salientou que os membros desta Assembleia Municipal devem estar preocupados com as pessoas, centrarem-se no que é mais preocupante e deixarem as questões burocráticas de lado, alertando para o facto de que, no período compreendido entre o ano de 2010 ao dia 05 de janeiro de 2015, e contabilizando somente os casos reportados pelas corporações de bombeiros do Concelho, foram vítimas de acidentes mais pessoas do que a população de Romariz e quase tanto como as populações de Fornos ou de Escapães, fazendo sobressair que isso deveria despertar todos os responsáveis para trabalharem na resolução desta questão. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra, começando por salientar que a Câmara Municipal cumprirá com a legislação conforme é sua prática habitual, dando ainda nota que a mesma está longe de ter ignorado a segurança rodoviária do Concelho. -----

Informou que a Câmara tem trabalhado permanentemente com as forças de segurança na identificação dos pontos negros do Concelho, fazendo notar que já foram eliminamos alguns deles, nomeadamente com a construção de rotundas no cruzamento da EN 223 com o IC2, em Escapães, e no cruzamento junto à Auto Viação Feirense, em Lourosa, bem como foi resolvida a situação junto à Cooperativa Agrícola, em Santa Maria da Feira, aludindo ainda à colocação de semáforos em alguns outros locais. Fez sobressair que, embora não lhe chamando plano, a Câmara foi resolvendo as situações de acordo com os dados estatísticos existentes, ressaltando ainda que alguns municípios elaboram planos mas que nunca chegam a implementá-los, realçando que fazer planos também custa dinheiro. -----

Concluiu realçando que a Câmara cumprirá com a legislação que surgir, fazendo sobressair



que a Câmara tem, sempre em coordenação com as forças de segurança, tentado resolver os problemas dos locais de maior sinistralidade do Concelho. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da recomendação (PS: 15, CDU, BE, CDS-PP, Ind.), 27 votos contra (PSD) e 1 abstenção (PSD – Paulo Marques de Oliveira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

10 – Relatório de Atividades de 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – a que se refere o ofício n.º 95 remetido à Mesa pela Sr.ª Presidente da Comissão em referência, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 2.586, em 13 de fevereiro de 2015, enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – ressaltando tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento. -----

Interveio o membro *Márcio Correia* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Sobre o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira de 2014 o grupo municipal do PS na Assembleia Municipal realça os seguintes aspetos que considera importante: -----

Caraterização Processual: -----

Total de entradas: 752 processos (358 transitaram de 2013, instaurados 325 novos processos);

Total de saídas: 363 (inclui arquivamento por resolução da situação ou remessa ao Ministério Público e enviados a outras CPCJ), a 31 dezembro tinham 389 processos ativos; -----

· Problemática sinalizada: faixa etária 0-5 anos, maior incidência por exposição a violência domestica e negligência; -----

· faixa etária 6-10 anos, maior incidência por exposição a violência domestica e ainda negligência; -----

· faixa etária dos 11-14 anos, maior incidência comportamentos graves antissociais (inclui -----



consumos vários, indisciplina, bullying, etc.), mas também violência doméstica, abandono e absentismo escolar, ausência suporte familiar; -----
· faixa etária 15-17 anos, comportamentos graves antissociais, comportamentos inadequados, absentismo e/ou abandono escolar e também violência doméstica e negligência; -----
· faixa etária 18-21 anos, comportamentos graves anti sociais, abandono/absentismo escolar; --
· processos em acompanhamento por faixa etária: maior nº dos 15 aos 17 anos; -----
· acordos de promoção e proteção: medida de promoção e proteção mais aplicada “apoio junto pais”, seguida de “acolhimento institucional”; -----

Ter em atenção que:-----
· aumento de n.º sinalizações por violência doméstica, presente em todas as faixas etárias; ----
· mantem-se a tendência para aumento sinalizações por absentismo e/ou abandono escolar na faixa etária 15-17, relacionada com o aumento escolaridade obrigatória. -----

O grupo municipal do PS na Assembleia Municipal faz um voto público de elogio ao excelente trabalho da Comissão de Proteção de Crianças e Menores de Santa Maria da Feira, a todos os seus membros, lembrando que se trata de um trabalho não remunerado, de extrema responsabilidade social e importância cívica.” -----

Usou da palavra o membro *Filipe Moreira* (CDU), que começou por dizer que a sua intervenção não tinha por objetivo fazer uma análise sobre o relatório, mas sim uma reflexão e um apelo, salientando ser sabido que, à semelhança do que acontece em outras áreas, Portugal tem uma das melhores legislações, a nível europeu, no que respeita à proteção de crianças e jovens mas que o problema reside, precisamente, na aplicação dessa legislação dado a burocratização em demasia que a mesma acarreta. -----

Disse compreender que haja uma burocratização porque ela permite um maior controle sobre as ações, que é natural que assim seja num país desenvolvido, mas que não compreende uma burocratização que impeça uma ação eficiente na resolução dos problemas, comentando que se não houvesse tanta burocratização muitos mais casos teriam sido, provavelmente, solucionados, lembrando que as crianças e jovens estão no uso pleno dos seus direitos. -----

Referiu existirem países europeus que, apesar de não terem uma legislação tão completa como a portuguesa, têm uma ação muito mais profícua, apelando, por isso, para que haja uma reflexão sobre esta matéria e se encontre uma solução mais profícua para os problemas das



crianças e jovens.-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório de Atividades de 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira. -----

**11 – XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses-----
- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto (também Presidente de Junta de Freguesia)-----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, informando que, nos termos da circular n.º 131/2014 remetido à Mesa pelo Sr. Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 17.102, em 22 de dezembro de 2014 –, decorrerá nos dias 27 e 28 de março de 2015, em Troia, o XXII Congresso daquela Associação. -----

Deu nota que, nos termos dos Estatutos da ANMP e do Regulamento do Congresso, pode inscrever-se como Delegado, para além do Presidente da Assembleia Municipal ou seu substituto, um Presidente de Junta de Freguesia ou um seu substituto (também Presidente de Junta de Freguesia), ambos eleitos pela Assembleia Municipal, que, em representação de todas as Junta de Freguesia deste Concelho de Santa Maria da Feira, participará no referido Congresso.-----

Foram presentes à Mesa 2 listas:-----

- Lista A (PSD): Efetivo – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos: José Carlos Silva, ----
Suplente – Presidente da Junta de Freguesia de Escapães: Minervina Rocha. -----

- Lista B (PS): Efetivo – Presidente da Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros: Ana Cristina Oliveira, -----

Suplente – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô: Maria Manuela Teixeira. -----

Submetida a votação, por escrutínio secreto, as listas apresentadas, constatou-se o seguinte resultado: Lista A: 28 votos; Lista B: 15 votos; votos em branco: 4.-----

Por conseguinte, foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos: José Carlos



Silva, para representar todas as Juntas de Freguesia do Concelho no XXII Congresso da ANMP, tendo sido eleito como seu substituto a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Escapães: Minervina Rocha. -----

12 – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno sita em Paços de Brandão-----

Assunto retirado, por solicitação da Câmara, da Ordem do Dia.-----

Saiu o membro Luis André Santos.-----

13 – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno sita em Santa Maria de Lamas-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 26 de janeiro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Eduardo Rocha* (PS) que começou por colocar uma questão prévia, em relação ao ponto anterior que foi retirado da Ordem do Dia, referente à desafetação de uma parcela de terreno sita em Paços de Brandão, questionando se essa retirada se deveu a ter havido alguma reclamação durante o período de apreciação pública.-----

Quanto à desafetação de parcela de terreno sita em Santa Maria de Lamas, referiu que o grupo municipal do PS entende que a proposta é omissa quanto aos motivos, não constando dela qualquer objetivo de interesse público, ou mesmo particular, que permita avaliar a pertinência do pedido. -----

Disse tratar-se de um conhecido espaço junto ao Colégio de Santa Maria de Lamas, usado como caminho público e para estacionamento, questionando qual será o destino que lhe será dado após a integração no domínio privado do município, perguntando se vai ser vendido ou -----



doado, e, em caso afirmativo, a quem e para que efeito. -----

Concluindo, reafirmou que o grupo municipal do PS entende não possuir o mínimo de informação para que possa votar favoravelmente a proposta. -----

Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, *José Manuel Oliveira*, começando por esclarecer, quanto à desafetação de parcela de terreno sita em Paços de Brandão, que efetivamente houve uma reclamação apresentada por um proprietário vizinho a esse terreno, em que foram levantadas algumas dúvidas que importa esclarecer antes do assunto ser presente à Assembleia Municipal, e daí ter sido solicitada a retirada do assunto da Ordem do Dia. -----

Em relação à desafetação em discussão neste ponto, disse tratar-se de um terreno junto à entrada do Colégio de Santa Maria de Lamas, informando que a direção do Colégio solicitou à Câmara que fosse cedido um espaço público onde existe, neste momento, uma paragem de autocarros, com o intuito de melhorar a acessibilidade e, também, criar uma zona de abrigo para a entrada dos alunos no Colégio. -----

Referiu que, para além disso, a direção do Colégio pretende elevar um pouco a cota da soleira da entrada para, caso torne a acontecer uma situação de cheias, como ocorreu recentemente, evitar que aconteçam os mesmos problemas. Sobre isso, disse estar convencido que tais problemas não ocorrerão de novo porque foi já identificado o problema que, eventualmente, era o causador das cheias, encontrando-se esse problema em fase de solução definitiva, pelo que, pela informação que tem, tal problema não deverá voltar a acontecer. -----

Quanto à forma de cedência disse ser uma questão que ainda não foi estudada, que entretanto o será, salientando que a Câmara pretende, antes de mais, desafetar a parcela de terreno em causa e que, oportunamente, a questão da cedência será presente em reunião da Câmara, para esta deliberar sobre essa matéria. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 28 votos a favor (PSD: 27, Ind.) e 18 abstenções (PS: 15, CDU, BE, CDS-PP), aprovar, sob proposta da Câmara, a desafetação do domínio público, para integração no domínio privado do Município, da parcela de terreno com a área de 270 m² (caminho público), sita na freguesia de Santa Maria de Lamas – identificada em planta que se



dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Saiu o membro Manuel Pereira Santos. -----

14 – Plano Verde Municipal (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo membro Filipe Moreira, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 2.943, em 23 de fevereiro de 2015, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Fez ainda alusão à proposta que aquele membro fez chegar à Mesa no âmbito do assunto, e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal.-----

Em seguida, passou a palavra ao membro Filipe Moreira para fazer a apresentação desse documento.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que apresentou a proposta em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“PLANO VERDE MUNICIPAL (contributo para)-----

Dizem-nos os botânicos que outrora Portugal foi um território coberto de florestas de carvalhos, sobretudo nas regiões a norte do Tejo. A Beira Litoral, território em que nos integramos, era uma floresta de carvalho-roble. No entanto, quem percorre o nosso território e paisagens tem alguma dificuldade em encontrar vestígios dessa floresta do passado. O carvalho-roble (vulgarmente conhecido por carvalho-alvarinho) de certa forma o exemplo mais paradigmático da destruição que foi feita ao longo dos anos do património florestal autóctone em Portugal. No caso da Feira restam muito poucos exemplares monumentais, existindo no entanto a mata das “Guimbras” um bosquete maioritariamente constituído por carvalhos.-----

Acontece que a Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto) foi ratificada por unanimidade no Parlamento nacional, no longínquo ano de 1996. Passados 18



anos, a sua regulamentação está longe de poder ser dada como acabada. Acresce o facto de para além de não ver concluída a sua regulamentação, a Lei tem sofrido várias atropelações por parte do Poder Executivo. Estando previstos na Lei a constituição de uma Comissão Interministerial para as matérias relacionadas com a floresta (Art.º 13.º) e do Conselho Consultivo Florestal (Art.º 14.º), o facto é que nenhum dos dois tem funcionado. Fazendo tábua rasa do disposto em Lei, o Governo vem agora criar através do Decreto-Lei n.º 29/2015, de 10 de fevereiro, o Conselho Florestal Nacional (e não o Conselho Consultivo Florestal, previsto na Lei de Bases da Política Florestal).-----

Toda esta problemática, potencia a delapidação do pouco património arbóreo que resta, avançando de forma galopante a eucaliptização, sendo que no município de Santa Maria da Feira a ausência de qualquer política reguladora para estas questões parece-nos uma grave lacuna, que urge resolver. Assim, propomos que neste mandato autárquico, a Câmara dê um contributo para o desenvolvimento de políticas de equilíbrio ambiental em Santa Maria da Feira. Somos de opinião que esse desiderato passará pela criação de um Plano Verde Municipal que vise regular internamente todas as intervenções neste âmbito. -----

O Plano Verde para o município da Feira deverá ser um projeto a ser desenvolvido por instituição do Ensino Superior do ramo (ou similar), no âmbito de um protocolo de colaboração com a autarquia deste Município. -----

O acima referido plano deve estar assente num profundo conhecimento técnico e científico da realidade local. Deverá este projeto ter por objetivo apoiar no planeamento e gestão de espaços verdes, preservar o património arbóreo e arbustivo existente contribuindo para a atuação sobre uma estrutura verde urbana consistente com o ideal que, para nós, deve apontar para, num futuro próximo, Santa Maria da Feira seja uma Eco Cidade. -----

Ora numa época de forte urbanização ou, melhor dizendo, após forte urbanização do município da Feira, os espaços verdes ganham importância enquanto elementos estruturantes, criando espaços de suavidade ambiental nos meios urbanos.-----

Propomos que seja feito um questionário aos munícipes, através das Juntas e dos serviços da Câmara onde se pergunte: -----

Como percecionam os cidadãos estes espaços? -----

Que padrões de frequência dos mesmos espaços evidenciam?-----

Que pontos fortes reconhecem?-----



Que carências notam? -----
Após um período de auscultação dos cidadãos deverá ser redigido um texto onde devem ser apresentados os resultados, avaliando-se igualmente a frequência e as perceções dos residentes do município face aos espaços verdes públicos. As conclusões a tirar bem como preferências diferenciadas quanto a equipamentos e elementos naturais, apontarão as possíveis estratégias e os caminhos a adotar no futuro. -----

Para o desenvolvimento sustentado e sustentável das zonas verdes e florestas no município de Santa Maria da Feira faseadamente propomos: -----

- O levantamento de todos os exemplares arbóreos ou arbustivos que se possam considerar de interesse;-----
- Identificação dos mesmos num mapa municipal;-----
- A criação de um Conselho Consultivo Florestal Municipal;-----

A criação de um Manual de Boas Práticas que inclua: -----

- Recomendações gerais para projetos de Parques Urbanos e Jardins Públicos;-----
- Recomendações gerais sobre Mobiliário Urbano (M.U.);-----
- Recomendações de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas para as condições naturais e climatéricas do município.” -----

Interveio a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Em relação à proposta da CDU de criação: de um Plano Verde Municipal, de um Conselho Consultivo Florestal Municipal e de um Manual de Boas Práticas que inclua: -----

- recomendações gerais para Projetos de Parques Urbanos e Jardins Públicos; -----
- recomendações gerais sobre Mobiliário Urbano;-----
- recomendações de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas para as condições naturais e climatéricas do município.-----

No que diz respeito a todas estas propostas, o Grupo Municipal do PS não poderia estar senão em total e sincero acordo. -----

Somos sempre a favor e apoiamos firmemente todas as propostas que visem os interesses dos feirenses e conseqüentemente a franca melhoria do nosso Concelho.-----

O Grupo Municipal do PS tem, por isso mesmo, apelado insistentemente à execução de -----



Planos de Ordenamento Territorial por estarmos consciente de que o bom planeamento faz toda a diferença no desenvolvimento económico local. -----

No caso concreto das propostas em discussão, mais do que concordantes, consideramos ser uma questão de cidadania e de responsabilidade cívica apoiar a redução da Pegada Ecológica, a reflorestação com espécies autóctones e o planeamento urbano assertivo qualificado. Mais ainda, acreditamos que tratar esta temática com a dignidade e a atenção que merece não se trata de adotar um comportamento radical ou desnecessário, mas sim de efetuar uma eficiente gestão dos recursos. -----

Primeiro, porque os recursos do planeta não são ilimitados e cabe-nos a todos preservar e precaver o futuro das próximas gerações. -----

Segundo, porque a boa gestão do espaço urbano assim o exige: planear respeitando regras que hoje sabemos serem essenciais para a qualidade de vida de todos e o desenvolvimento sustentável dos espaços urbanos. -----

Defendemos e aproveitamos este repto da CDU para promover a plantação, em novas urbanizações e espaços verdes, de espécies características e apropriadas para cada local. É fundamental atender ao crescimento que estes arbóreos ou arbustivos terão, garantindo que é adequado para o espaço que lhe é destinado, evitando a proliferação de espécies que se transformam em verdadeiras pragas parasitas que acabarão por ter de ser erradicadas. O desenvolvimento das raízes não pode usurpar o espaço de passagem pedonal nos passeios. -----

A plantação não pode ser alienada do contexto urbano, deve seguir regras atentas e cuidadas. Quando inseridas nos passeios só poderão ocupar o espaço excedente, para além do 1,2m de largura livre obrigatória para a circulação pedonal. Árvores e mobiliário urbano não podem, de forma alguma, ocupar o canal de circulação. -----

Passeios com dimensões reduzidas ou inferiores a 1,50m não são indicados para a implantação de árvores e mobiliário urbano. Também no espaço urbano existe hierarquia, o peão é o rei do espaço e como tal deve ser respeitado. -----

Por tudo isto, o Grupo Municipal do PS considera que não há vírgula, palavra omissa ou em excesso que justifique a votação contra a proposta que a CDU hoje nos traz. -----

Apelamos, por isso mesmo, à responsabilidade dos restantes grupos municipais para que tenham em atenção o tema em discussão e não a cor partidária.” -----



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que o documento apresentado pela CDU permite refletir sobre vários assuntos, até extramunicipais, ressaltando que o País passa, efetivamente, por um grande problema no que toca à destruição daquilo que são as suas espécies autóctones, a sua floresta original, sendo substituída essencialmente pela plantação intensiva de eucaliptos. Referiu que tal acontece devido, essencialmente, a razões económicas, por causa da produção de pasta de papel, ressaltando existir uma subversão do espaço público, uma vez que os interesses económicos mandam mais do que os interesses ecológicos e ambientais. -----

Frisou que o concelho de Santa Maria da Feira não é exceção a essa regra nacional, destacando que grande parte da macha verde do Concelho foi tomada por eucaliptais e foi destruída grande parte da mancha florestal típica desta zona e que, portanto, aquilo que a CDU traz a esta Assembleia é importante desse ponto de vista. -----

Salientou que, para além disso, existe o problema da pressão demográfica, em que os prédios e as ruas vão tomando as zonas verdes afastando-as para zonas cada vez mais limítrofes das cidades, ressaltando que isso causa, para além dos problemas ambientais e climáticos, graves problemas de qualidade de vida à população porque, não havendo espaços verdes, não têm onde realizar uma série de atividades culturais e de lazer. -----

Disse que esse tem sido um problema que afeta as cidades, que Santa Maria da Feira não é exceção e que, portanto, era muito importante que o Município aplicasse as propostas trazidas pela CDU, fazendo notar que o BE concorda e acompanha-as porque têm como intuito a criação de uma cidade mais sustentada. -----

Interveio o membro *António Topa* (PSD) que começou por ressaltar que o documento apresentado pela CDU não é uma proposta para elaborar o chamado Plano Verde Municipal, mas sim um conjunto de orientações relativamente aos espaços verdes do Concelho, entre os quais a realização de um inquérito aos cidadãos feirenses. -----

Referiu que, pelo que tem conhecimento, os planos verdes municipais que foram elaborados por alguns municípios, essencialmente da Área Metropolitana de Lisboa, acabaram por ser metidos na gaveta devido às dificuldades de implementação, chamando a atenção de que alguns dos municípios daquela Área Metropolitana sofrem graves problemas, nomeadamente com inundações devido às chuvadas mais prolongadas, salientando que esses planos são



importantes mas que é preciso algum cuidado para que, depois, possam ser implementados. ---
Sobre a recomendação no sentido de ser feito um inquérito à população, recordou que o processo da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Santa Maria da Feira está na sua fase final, encontrando-se em apreciação pública e que, portanto, os inquéritos estão efetuados, destacando ainda as múltiplas cartas e relatórios relacionados com os espaços verdes do Concelho que constam do PDM. -----

Chamou também a atenção de que a Câmara não tem competências para negar o direito do pequeno proprietário florestal, cujo rendimento resulta, muitas vezes, de uma plantação de eucaliptos, sublinhando contudo que, por exemplo, não se podem plantar eucaliptos em áreas de reserva ecológica ou de reserva agrícola, bem como em determinado tipo de áreas protegidas, mas que tais situações já estão definidas na própria legislação.-----

Concluindo, disse que 70% do concelho de Santa Maria da Feira é área verde e que, portanto, 70% dos documentos para executar o Plano Verde Municipal já estão considerados no PDM, pelo que é do entendimento de que não há interesse, nem oportunidade, em seguir as orientações que constam do documento apresentado pela CDU por já estarem consideradas no PDM.-----

Interveio novamente o membro *Filipe Moreira* (CDU), que começou por dizer que tudo o que foi dito pelo membro António Topa corrobora a existência do Plano Verde Municipal, salientando não ver razão para se inviabilizar que sejam dados os primeiros passos para a criação desse Plano uma vez que, segundo as palavras do membro António Topa, falta apenas fazer 30% do mesmo.-----

Salientou ainda que, no documento que apresentou, não está referido a situação dos privados porque há legislação para isso, salientando contudo que, apesar de a Câmara não poder impedir que um privado plante no seu terreno, por exemplo, eucaliptos, pode sugerir-lhe que é melhor plantar, eventualmente, carvalhos. -----

Disse achar importante que haja um plano que indique às Junta de Freguesia e aos cidadãos quais as melhores árvores a plantar, tendo em conta determinadas características das mesmas e o local a plantar, para que não aconteça, por exemplo, que se plantem árvores em passeios cujas raízes danificarão o mesmo, ou árvores que deixam cair folhar de cariz gorduroso que possam dificultar ou por em perigo a circulação dos peões, ressaltando que tudo isso não está



contemplado no PDM e que, portanto, não haveria sobreposição de poderes. -----
Reafirmou não ter visto, na intervenção do membro António Topa, nada que leve a votar
contra a proposta, fazendo sobressair que em causa está o ponto de partida para a criação do
Plano Verde Municipal, deixando em aberto à Câmara fazê-lo de acordo com as suas
condições, destacando que o mesmo não acarretará, praticamente, custos económicos. -----
Em relação ao questionário, disse que apesar de ser verdade que há um PDM que está em fase
de apreciação pública, o certo é que, enquanto existem parques públicos no Concelho que são
muito utilizados, como na ribeira de Fiães, outros não o são, apesar dos investimentos
realizados, ou pela falta deles.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Filipe Moreira disse importar perceber o porquê de
alguns desses parques não serem utilizados e, daí, a necessidade de haver inquéritos para
entender como as pessoas percecionam o espaço público que, à partida, foi criado para o
usufruto das mesmas.-----

Interveio a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) que referiu que a existência de estudos e
planos não substitui o PDM, mas que auxilia, fazendo notar que se o PDM fosse uma resposta
para tudo então que não seria preciso mais nada, e cada município apenas teria o seu PDM.----
Frisou que o PDM é uma carta de intenções que, depois, tem de se fazer valer de muitas
outras ferramentas que o apoiam e complementam, dizendo que o Plano Verde Municipal
seria uma dessas ferramentas.-----

Quanto à questão do questionário à população, disse considerar correto esse procedimento
porque o mesmo permite perceber o que as pessoas querem e aquilo que precisam. -----
Concluindo, a deputada municipal Lia Ferreira disse lamentar que a cor partidária prevaleça,
uma vez mais, sobre aquilo que é uma necessidade.-----

O membro *António Topa* (PSD) pediu novamente a palavra, começando por realçar que é,
efetivamente, filiado num partido político mas que é uma pessoa conhecida por ser muito
frontal e por dizer aquilo que sente, dizendo não pensar da mesma forma que, se calhar, a
deputada municipal Lia Ferreira pensa em relação à subserviência política, comentando que se
aquela deputada o conhecesse bem não teria dito o que disse em relação a isso.-----
Quanto à questão dos inquéritos à população, frisou que quando a Câmara começou o



processo de revisão do PDM, esses inquéritos foram feitos, sublinhando que os técnicos percorreram as freguesias e consultaram as populações. Sublinhou que, para além disso, já existe legislação e regulamentos municipais, como o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, que definem algumas das situações mencionadas, como a largura dos passeios. -- Concluindo, sublinhou que a deputada municipal Lia Ferreira está muito enganada a seu respeito, quando falou em subserviência ao partido político.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da recomendação (PS: 15, CDU, BE, CDS-PP, Ind.) e 26 votos contra (PSD), rejeitar a proposta em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 02,15 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário